

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE
DOIS MIL E SEIS**

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – Exposição do Sr. Presidente da Câmara; -----

-----**DOIS** – Eleição de 4 representantes designados pela Assembleia Municipal, para fazerem parte da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; -----

-----**TRÊS** – Pedido de autorização para delegação de competências próprias da Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia; -----

-----**QUATRO** – Pedido de autorização para a criação de uma empresa de Turismo, nos concelhos de Alijó, Murça e Sabrosa. -----

-----**CINCO** – Pedido de Aprovação da 1.^a Revisão aos Documentos Previsionais de 2006. ----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltou por motivo justificado o Sr. Deputado Joaquim Manuel da Silva Grácio. Faltaram ainda por motivo injustificado os Srs. Deputados José Manuel Lourenço Brás e Laurindo Mondim Miranda. -----

-----O **PREDIDENTE DA MESA** faz uma nota prévia onde pretende transmitir aos Srs. Deputados uma posição pessoal que assumiu, que tem a ver com questões mais ou menos acaloradas que se possam passar na Assembleia Municipal e depois de maduramente pensar, indica que o Presidente da Assembleia deve ser firme, determinado, seguro, mas também deve ser tolerante.

Indica ainda que na última Assembleia Municipal, o Presidente da mesma, contrariando aquilo que é a sua norma psicológica, teve um comportamento eventualmente excessivo, porventura deselegante para com um Vereador da Câmara Municipal. Aos Srs. Deputados, de uma forma particular, apresenta as suas desculpas por tal excesso, bem como à pessoa visada e a todos os membros da Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente. Dá conhecimento da correspondência recebida, começando por um ofício dos “XXIII Estados Gerais do Conselho dos Ministros e Regiões da Europa (Innsbruck, Região de Tirol, Áustria, 10-12 de Maio de 2006) / Agendamento”, que vem da Associação Nacional de Municípios Portugueses. É um convite para que a Câmara Municipal possa eventualmente estar presente. Dá ainda conhecimento de outro ofício que vem do Ministério da Justiça, Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, relacionado com a Moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Municipal de Alijó, o qual se transcreve na íntegra: “Informar, que, relativamente ao Ponto 4, não existem ainda estudos concluídos que indiquem qualquer encerramento do Tribunal de Alijó. 10.02.2006 (a) José Conde Rodrigues, com os melhores cumprimentos, o chefe de Gabinete, Pedro Duarte Silva”. Informa que o Sr. Deputado Joaquim Manuel da Silva Grácio entregou uma justificação para a sua falta na presente Assembleia. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de Dezembro de 2005 e abre inscrições. Não havendo inscrições, procedeu-se à votação, sendo a mesma aprovada com 31 votos a favor e 2 abstenções. ---

----- O **PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra aos seguintes Srs. Deputados que pretendem justificar a sua abstenção: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que a sua abstenção se deve ao facto de não ter recebido os documentos atempadamente para que pudessem ser analisados. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Informa que não esteve presente na última sessão da Assembleia Municipal e por este facto mantém a sua abstenção na votação da Acta da referida sessão. Indica ainda que recebeu os documentos tardiamente, o que o impediu de os analisar. Solicita que os mesmos sejam enviados com pelo menos oito dias de antecedência. -----

-----De seguida, **O PRESIDENTE DA MESA**, dá início ao período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** A sua intervenção vai no sentido de solicitar informação sobre a Zona Intermunicipal no Alto do Populo, que envolve os Município de Alijó, Murça e Sabrosa. A sua importância, em termos de futuro, para o desenvolvimento dos três Municípios referidos. Considera muito importante e útil, um esclarecimento adicional, para os Srs. Deputados terem conhecimento e simultaneamente divulgarem uma acção tão inédita. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Indica ter ouvido na comunicação social que alguns Municípios de Trás os Montes e Alto Douro se estão a preparar para aumentar as tarifas da água, em virtude da escassez da mesma. Posteriormente também viu o Sr. Presidente das Aguas de Trás os Montes e Alto Douro na televisão, apelando a um consumo mais rigoroso. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento sobre esta questão. -----

-----**DEPUTADO ANIBAL FERREIRA:** Aborda que leu algures, num Jornal, que vai dando notícias de diversas actividades do Município, sobre a sinalização e de alguma forma exploração do Castro do Populo. Indica que está de acordo com a notícia pois é muito positivo, contudo pensa que pelo que tem tido conhecimento, por outras situações, que seria impensável para a Câmara promover outros restos arqueológicos distribuídos pela área geográfica do Concelho de Alijó. Indica ainda que não viu qualquer referência a um dos principais Castros da área do Concelho, o Castro de Pegarinhos, conhecido por “Castelo de Castorigo”. Lembra que há uns anos atrás, quando era Presidente da Câmara, em colaboração com a Faculdade de Letras do Porto e seu Departamento de Arqueologia, este último esteve cá durante dois anos, fazendo trabalhos de pesquisa, os quais foram resumidos e transcritos num trabalho feito pelo Prof. Brochado Almeida. Pretende assim sensibilizar o Sr. Presidente da Câmara, para no seguimento do trabalho que estão a fazer, não excluam o referido Castro, que segundo o referido Prof., estão perante a uma revelação do que foi a Cultura Castreja, da Época da Romanização. Refere ainda a eleição de quatro elementos para integrar a Comissão de Protecção de menores e indica que se verificam situações de pessoas idosas que revelam muitas dificuldades, algumas até em situações de extrema pobreza. A seu ver a sociedade deve apoiar também essas pessoas. Informa que há pouco tempo teve contacto com uma pessoa do Norte do Concelho, que estava doente, a viver com imensas dificuldades e a ser prejudicada, porque não era capaz de entregar na Segurança Social os documentos da baixa médica. Apela ao Sr.

Presidente da Câmara, dado a Câmara ter no seu quadro de pessoal, Assistentes Sociais e Psicólogos ao serviço, para a importância destes serviços sociais de forma a poderem prestar alguma atenção às pessoas que sobrevivem com dificuldades. -----

-----**DEPUTADO BALTAZAR BULAS:** Começa por focar um problema que está a afectar os proprietários dos cafés e tabernas em Carlão e supõe que no resto do Concelho, pois “ a Lei é feita para toda a gente”. Indica assim que a Lei pretende colocar os cafés e tabernas de uma aldeia ao nível dos cafés das grandes cidades. Indica que os comerciantes se queixam pois a fiscalização exige que façam três casas de banho, o que não é possível pois parte das tabernas e cafés das aldeias, não têm espaço nem para uma única casa de banho. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que elucide sobre este assunto. Foca ainda os excedentes das águas das Fontainhas, pois com a falta de água que se faz sentir, “é uma dor de coração” ver os excedentes daquelas águas, a correu a céu aberto por um caminho. Indica que existe uma canalização destes excedentes de água, dirigida ao Ribeiro dos Moinhos. Sugere que a mesma seja aproveitada pois pode ser muito útil, dado a falta de água verificada. Apela ao Sr. Presidente da Câmara que mande verificar a referida água e se possível construir um depósito para aproveitamento das mesmas. -----

-----**DEPUTADA CAROLINA AMÉLIA:** A sua intervenção vai no sentido de pedir esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, após a construção da Barragem, no cimo da Freguesia de Vila Verde, qual será o futuro dos agricultores que, ao longo dos anos regaram as suas agriculturas e regam com aquelas águas. Questiona ainda qual será o futuro dos proprietários de treze ou catorze moinhos existentes na Freguesia de Vila Verde, alguns activos, outros embora inactivos estão em bom estado de conservação e existem outros que já estão degradados. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara a resolução do problema das fossas cépticas de Perafita, Jorjais e Fundões, que estão ligadas para as linhas de água, trazendo alguns prejuízos à população, pois as águas vão ficando poluídas e os peixes ficam em vias de extinção. Solicita ainda que sejam solucionados os problemas provocados pelas fossas na aldeia de Vale de Agodim, nomeadamente às pessoas que habitam no fundo da aldeia. Sugere ao Executivo a compra de mini Etar’s, que a seu ver resolveriam a situação e não são muito caras. Indica que há muitos anos que as pessoas pagam taxa de saneamento, que já contribuíram para a compra das referidas Etar’s. Lembra ainda que já solicitou o

mesmo em outros mandatos, nomeadamente ao Ex Presidente da Câmara e actual Presidente da Assembleia Municipal. Refere-se ainda à intervenção do Deputado Aníbal Ferreira, relativamente ao estudo que os arqueólogos andam a fazer e indica que gostaria que não esquecessem as Muralhas do Castro da Balsa, pois já foram consideradas as Muralhas em melhor estado de conservação, a nível do Concelho. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Entrega requerimento, que lê e se transcreve na íntegra: “Ex.mo Senhor presidente da Assembleia Municipal de Alijó, Jaime Acácio Queiroz Cardoso, Deputado Municipal, vem respeitosamente solicitar a V. Ex.^a que interceda junto dos órgãos governamentais do nosso Concelho para que lhe sejam concedidos por escrito os seguintes elementos: 1.º - Relação do Património Arqueológico do Concelho; 2.º - Número de eleitores e habitantes de todas as Freguesias do nosso Concelho; 3.º - Número de todos os habitantes de todas as aldeias do nosso Concelho; 4.º - Número de Empresas, Comerciais e industrias e ramo de actividade com sede no Concelho de Alijó, por Freguesias; 5.º - Número de habitantes do Concelho, por Freguesias, desde há 15 anos atrás até 2005, ano a ano; 6.º - Número de alunos por cada escola primária do nosso Concelho. Merece V. Ex.^a e o Executivo da Câmara, a informação, que estes elementos são necessários para fazer um estudo para apresentação de eventuais sugestões para melhoria e progresso do Concelho. Aceite V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos extensivos a todo o Executivo Camarário. Alijó, 24 de Fevereiro de 2006” -----

-----**DEPUTADO MANUEL MESQUITA:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara informando que enviou um ofício, no início do mês de Janeiro, ao qual ainda não obteve resposta. O mesmo é lido e transcreve-se na íntegra: “Vimos pelo presente solicitar o arranjo da fossa céptica, na Freguesia do Amieiro, uma vez que se encontra com fissuras várias, devido ao avançado estado de degradação, estando presentemente o esgoto a céu aberto, invadindo propriedades agrícolas privadas, causando um problema de saúde publica grave devido aos cheiros nauseabundos.” Foca ainda a falta de água no Amieiro. Lembra que após a Eleições de 09 de Outubro de 2005, onde o Partido Socialista perdeu a Junta de Freguesia do Amieiro, um elemento do Partido Socialista fornecia água para a população e após a derrota, entendeu que não devia continuar a fornecer água. Desta forma retirou o tubo da sua propriedade, que ligava ao depósito que abastece o Amieiro.

Sugere ao Sr. Presidente da Câmara a abertura de uma captação de água, mais ou menos na mesma zona, para que no Verão não venham a ter problemas com a falta de água. Sugere ainda que na impossibilidade da anterior sugestão, possam comprar a propriedade, caso o dono a pretenda vender pois a água corre a céu aberto por um caminho, em benefício de ninguém. Acrescenta ainda que o referido tubo, está a contribuir para que vão impurezas para o depósito. Finaliza solicitando ao Sr. Presidente que mande limpar os depósitos de água do Amieiro. -----

-----**DEPUTADO VITOR SILVA:** Dá conhecimento de uma situação que teve lugar no dia 07 de Fevereiro pelas 22 horas. Indica que em frente à escola Secundária de Alijó, estava uma moça de 19 anos à espera do pai e foi abordada por um indivíduo encapuçado com uma faca, ameaçando-a que queria todo o dinheiro que tivesse em sua posse. Ela assim fez e entretanto o mesmo indivíduo começou a despi-la na tentativa de violação. Nessa altura apareceu uma viatura e o indivíduo teve medo e fugiu. Indica que esta situação o preocupa e deve preocupar todos os Srs. Deputados. Pensa ainda que a Guarda Nacional Republicana que está sempre junto às rotundas a tentar controlar o trânsito e a fazer cumprir a Lei, deveria também preocupar-se com estas situações. -----

-----**DEPUTADO PEDRO PERRY:** Manifesta perante a Assembleia que foi com indignação que tomou conhecimento de um julgamento feito pelos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata no seu *blog*, em relação à sua pessoa e à população que representa, em virtude dos acontecimentos que tiveram lugar junto aos CTT, no passado dia 30 de Dezembro. É notório que a população do Pinhão, quase na sua totalidade, apoia quer o Presidente da Junta do Pinhão quer o Presidente da Câmara, em todas as situações. Indica ser de todo falso, que a mesma tenha sido incitada pelo si e muito menos pelos motivos que os mesmos denunciam. Tal julgamento demonstra má fé, falta de esclarecimento, leviandade de quem tem um único objectivo reprová-lo e difamar a oposição e uma população que apenas quer defender os seus interesses. Indica ainda que esperava bem mais, de alguém que pretendia gerir o destino do Concelho de Alijó e não deixa de ser anedótico que dias antes por conveniência, no mesmo *blog*, se criticava a falta de interveniência, face ao mesmo facto. Pede aos Srs. Vereadores um pouco mais de coerência sobre este assunto e sugere que quando queiram pronunciar-se sobre este assunto, não tenham medo de abordar a população ou o Sr. Presidente da Junta para um melhor esclarecimento. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à intervenção do Deputado Telmo Pinto, relativamente à Zona Industrial Intermunicipal, esclarece que tem todo o prazer em prestar à Assembleia Municipal, os esclarecimentos solicitados na medida em que é uma das actividades proactivas que o Município de Alijó, conjuntamente com os Municípios de Sabrosa e Murça está a adoptar, no que concerne ao próximo quadro comunitário de apoio e à filosofia dos fundos comunitários que vão vigorar nesse quadro de 2007 a 2013. A Câmara Municipal de Alijó está a fazer esta candidatura na confluência do Populo. Esta situação está a ser concretizada pelos três Municípios por três fundamentais motivos: primeiro porque sabem que no próximo quadro comunitário de apoio, só investimentos de carácter supra municipal, serão apoiados; segundo porque sabem que aquela zona vai estar na confluência, não apenas do nó da futura A4 que vai ligar o Norte de Portugal a Galiza e Castela Leon, mas também vai passar o nó do IC5, cujo estudo do impacto ambiental já foi aprovado e tem o projecto em curso, para que todo o interior de Trás os Montes e Alto Douro seja ligado pelo IC5 à A7 e ao Minho; terceiro porque é uma zona de interesse estratégico, quer do ponto de vista da localização das infra estruturas, quer do ponto de vista dos acessos rodoviários, no que concerne a Espanha e Litoral de Portugal. É uma candidatura que vai ser apresentada aos próximos fundos comunitários. Informa que já obteve, da parte da actual Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, verbas para apresentar um estudo relativamente à sua localização e à articulação da mesma com os Planos Director Municipais dos três Municípios, que estão a ser revistos pela mesma equipa técnica da UTAD. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado Belarmino e respectivas tarifas de água, indica que o Concelho de Alijó, está neste momento no chamado nível um de preocupação, relativamente ao abastecimento de água. Informa que tiveram há pouco tempo, várias reuniões com o INAG e com as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, para fazerem um plano de contingência e racionamento, caso esta situação se mantenha. Na sequência desse plano, têm um outro plano de acção previsto que entre as várias medidas de contingência e racionamento (como limpeza de antigas minas, procura de novos furos e novos níveis freáticos e abastecimento de água), têm também uma componente de aumento gradual das tarifas.

Dentro desta perspectiva, o que é raro (água), tem que ser pago; como tal o aumento das tarifas está relacionado com os escalões de consumo. Dentro dos estudos, os técnicos e especialistas, chegaram à conclusão que há uma fonte de abastecimento de água que ainda não foi explorada, que é o seu uso racional e eficiente. Esta prevista uma acção de sensibilização a nível Nacional, mas com especial incidência nas Autarquias que têm este problema de forma mais acentuada. Destacam-se as Autarquias de Alijó, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Vinhais, Torre de Moncorvo e Lamego. No referido plano está ainda previsto um apoio financeiro da parte do Estado para a implementação do mesmo. Indica ainda que o Sr. Vereador responsável pelo ambiente se pretender pronunciar-se sobre este assunto poderá fazê-lo no final da sua intervenção. No que concerne à intervenção do Sr. Deputado Aníbal Ferreira, esclarece que a Câmara não está apenas a recuperar o Castro do Populo. Contudo aproveitou o facto do Castro do Populo ser considerado como um dos melhores a nível da Península Ibérica, relativamente a esta matéria, para o candidatar a Património Mundial, de forma a que no Concelho de Alijó possam existir dois Patrimónios Mundiais, um a Sul do Concelho ligado à vinha e ao vinho e outro a Norte do Concelho enquadrado com todo o Património Cultural do mesmo. Pretendem ainda fazer uma espécie de centro de interpretação de todo o Património Cultural e Arqueológico do Concelho, de forma a terem um roteiro arqueológico e possibilitado nessa medida, que o turista seja recebido no Castro do Populo e zona envolvente (Capela da Boa Morte), tendo a partir daí um *portfolio* daquilo que é absolutamente relevante, do ponto de vista arqueológico no Concelho. Os dois estagiários que a Câmara Municipal manteve para fazer este trabalho, apresentaram este projecto e essa candidatura. Indica que possui um mapa da distribuição no Concelho de Alijó, de todos os sítios, que são já reconhecidos, não só por estes arqueólogos, mas também pelo IPA e IPPAR. Este engloba o Santuário de Perafita, um conjunto de Castros, Dólmenes, Anta da Fonte Coberta, Gravuras da Pala Pinta, Gravuras Rupestres da Botelhinha e que no total tem 72 sítios classificados no Concelho de Alijó. Indica que o referido mapa pode ser consultado pelos Srs. Deputados. Relativamente aos casos de carência e outros da Acção Social, lembra que o Municipio de Alijó, no que concerne às responsabilidades da Segurança Social, teve um técnico para acompanhar esses casos. Estiveram sem esse recurso humano e por muita insistência do Pelouro da Acção Social e das Técnicas da Autarquia, assim como da própria

Autarquia, junto do director da Segurança Social, da Secretaria de Estado e do Ministro, foi garantido há pouco tempo, que essa situação estaria resolvida no futuro, passando a ter uma Assistente Social a trabalhar directamente no Concelho de Alijó, na referida área. Informa que para além dessa componente, a Câmara Municipal candidatou-se ao Programa “Progride”, que está relacionado com o trabalho nesta área, para além dos técnicos que já trabalharam nesta Câmara a esse nível. Explica ainda que houve uma 1.ª fase na análise destes programas que excluiu cerca de 80 a 90% das candidaturas, onde não está incluída a nossa candidatura, pois mantém-se em concurso. Independentemente disto, este é um sector onde a Câmara tem desenvolvido um esforço continuado, em articulação com as IPSS locais e só assim será possível terem sucesso nesta “batalha”. Informa que no dia 23 de Fevereiro entregaram as casas de habitação social que recuperaram da REFER, no Pinhão, alvo de um protocolo entre a Câmara Municipal e a REFER, a fim de dar ainda mais cobertura a alguns casos que não tinham sido contemplados com o primeiro bairro social que executaram no Pinhão. Indica ainda como exemplo, uma casa que recuperaram há pouco tempo na Freguesia do Populo. Esclarece que é impossível atender a todos os casos, contudo estão de consciência tranquila relativamente a um trabalho que estão a fazer em quantidade, em qualidade e sobretudo em profundidade, articulado com as IPSS locais, com a Segurança Social de Vila Real e o Governo. Dirige-se à Sra. Vereadora responsável por este Pelouro, Dra. Maria Eduarda Sampaio, dizendo que caso pretenda, poderá completar a informação que acabou de transmitir. No que concerne à intervenção do Deputado Baltazar Bulas, informa que o trabalho de fiscalização não foi mandado executar pela Câmara Municipal, é a Guarda Nacional Republicana que está a fazer o levantamento dos casos existentes. Na Câmara já existe um levantamento sobre o tema e quem tem estado a resolver este assunto é o Sr. Vereador da Gestão Urbanística que pode usufruir da palavra para concretizar o ponto de situação e esclarecer a questão da água das Fontainhas. No que diz respeito à intervenção da Deputada Carolina Amélia, o que referiu está relacionado com a construção de uma outra barragem, na Torre do Pinhão, que não vai servir apenas para resolver o problema da água do Concelho de Sabrosa, vai servir também para resolver o problema em duas Freguesias do Concelho de Alijó, que são Vilar de Maçada e Vila Verde. Indica que se a mesma já estivesse construída poderia servir para fazer transvazes dessa mesma barragem para a barragem da

Chã, porque o sistema é multimunicipal e prevê esta interligação entre as respectivas barragens. Esta obra está a cargo da empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro e serão estes a negociar com as pessoas as expropriações decorrentes da construção da mesma. Falando de barragens de uma forma geral e ao contrário daqueles que defendem que não se deve construir barragens, alegando um qualquer pormenor de carácter ambiental, afirma que o grande problema ambiental com que todos vão ter que se deparar, não apenas agora, como no futuro, são as reservas de água. Onde haja possibilidade de as construir, devem avançar rapidamente quer para aproveitamento hidroeléctrico, quer para servir de reserva para situações decorrentes de longos períodos de seca, pois com as alterações climáticas decorrentes da intervenção do homem sobre o planeta e sobre a natureza, não sabem como irá evoluir o clima, tendo apenas a certeza que o globo genericamente está a aquecer e a seca a avançar. Desta forma têm que ter respostas locais, nacionais e globais para estes problemas. No que diz respeito à questão das fossas de Perafita, Jorjais, e Fundões, o Sr. Vereador responsável pela área, irá dar resposta a esta questão. Relativamente às Muralhas do Castro da Balsa e de Perafita, estão assinalados no mapa já mencionado, assim como a solicitação do Sr. Deputado Jaime Cardoso relativamente ao Património Arqueológico. No que diz respeito à intervenção do Deputado Manuel Mesquita, sobre a fossa, indica que o referido ofício foi despachado para o Pelouro das Obras e Ambiente e o Sr. Vereador responsável poderá informar sobre o ponto de situação. Relativamente à da água que corre a céu aberto, informa que desconhece em absoluto esta situação e não se deve fazer juízo de valor desta natureza. Deve-se antes procurar fazer parte da solução e não do problema. Indica ainda que a questão do depósito da água do Amieiro pode ser esclarecida pelo Sr. Vereador responsável pela matéria. Relativamente à informação dada pelo Deputado Vítor Silva, esclarece que não tinha conhecimento. Genericamente, o Concelho de Alijó não tem problemas de segurança, não significado que não se verifique um ou outro caso e talvez fruto da instabilidade social e económica que se vive no País, poderão surgir estas e outras situações desta natureza. Indica ainda que pode informar e tentar pressionar a Guarda Nacional Republicana para junto dos responsáveis locais, distritais e nacionais haver uma maior preocupação com a segurança, sobretudo nas áreas envolventes às escolas. Lembra que no Concelho já existe a Escola Segura, que actua nas proximidades das escolas, durante o dia. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Pedro

Perry, terão que ser os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata a responder, pois não comenta situações que desconhece. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que o Sr. Vereador Adérito Figueira vai usar da palavra a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**VEREADOR ADÉRITO FIGUEIRA:** Inicia a sua intervenção pela questão da água, inicialmente focada pelo Sr. Deputado Belarmino Monteiro, de um modo “um pouco atemorizado”, pretendendo saber se o preço da água vai subir. Os técnicos dizem que o petróleo deste século, é a água e que a partir de 2020, a água é o bem mais escasso que vamos ter. Refere ainda que a água é o bem mais necessário, que todos necessitam e esta não se recolhe do solo, nem nas nascentes, nem nas barragens e muito menos de um dia para o outro. É uma questão que tem que ser pensada atempadamente. Desta forma, estão já a desenvolver um determinado número de acções para minimizar os efeitos. Informa que existe água na Barragem Municipal para dez meses de consumo do Concelho e tem sido tudo controlado pelos técnicos das Águas de Portugal e por um funcionário do INAG, onde controla os níveis de água da Barragem diariamente. Informa ainda que estão a fazer acções de sensibilização com as quais não acredita. Indica que não significa que as referidas acções não tenham algum efeito, mas este é tão mínimo, que as pessoas enquanto tiverem água nas torneiras e não a pagarem, como tem acontecido até ao momento, ninguém poupa água. As pessoas têm que saber que estão a consumir um bem caro e a água vai ser um bem caro. Informa que não sabe quanto é que o preço da água vai subir, mas em sua opinião esta devia subir significativamente, de modo que as pessoas saibam que custa dinheiro, é para poupar e não para esbanjar. Os Srs. Deputados têm um documento, referente à Ordem de Trabalhos, para autorizar uma verba, à volta de 60 mil contos, para abertura de novos furos de água, furos esses que foram marcados por um técnico do INAG, auxiliado por cartas geográficas do terreno, procurando a divisão entre o xisto e o granito. No entanto o técnico não garantiu quaisquer garantias nesta procura, correndo o risco de ficar com as mesmas dificuldades. Estão ainda a fazer outra acção que consiste na vigilância constante às casas de habitação e pede a todos os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia que avisem as pessoas, que a Câmara Municipal está a fiscalizar, em todo o Concelho, as ligações de água. Informa que já depararam com muitas situações com ligações directas, sem contador, contadores partidos a martelo

ou pedrada, o que é crime e como tal os contadores vão ser todos analisados e as pessoas serão responsabilizadas pelo estado dos contadores. Sem qualquer excepção, o indivíduo que seja apanhado, que tenha informação de violação de água, vai “paga-la muito bem paga”. Ainda relativamente à questão da água das Fontainhas, focada pelo Sr. Deputado Baltazar Bulas, indica que esta não dá tanta água como parece, pois a água quando falha nuns lados, também falha noutros e falando de nascentes tradicionais, estes podem ser aproveitados, estão já a fazer limpeza e análise às águas, contudo não sabem qual vai ser o resultado. Explica ainda que se a água falha na Barragem Municipal, é porque os lençóis de água subterrâneos secaram ou foram abaixo hidrologicamente. A água das Fontainhas só podia ser aproveitada se desse para um aparte significativa da população de Carlão, porque o depósito de água das Fontainhas está a uma quota superior ao dos depósitos de distribuição de água de Carlão. Assim se ligassem essa água à rede pública, dava-se o inverso, passando a água da rede pública para as Fontainhas. O que tecnicamente não é possível. Informa que para aproveitarem a referida água, colocaram uma conduta nova, ligada às Fontes tradicionais para que as pessoas a utilizem dessas mesmas fontes. Relativamente à questão colocada sobre os cafés, explica que existe uma Lei que estabeleceu regras para os cafés. Esta também acabou com as tabernas, o que na sua opinião está errado, porque se se dá valor ao artesanato, porque não pode um forno antigo cozer o pão, porque é que um moinho não pode funcionar ou só pode estar em funcionamento para as pessoas visitarem e tirar fotografias. A referida Lei trás algumas dificuldades, tem já três anos para as pessoas se adaptarem e estas são mais ao nível de construções antigas, onde as exigências já não são as mesmas, onde por exemplo não é exigida a terceira casa de banho e outras coisas que são exigidas podem ser justificadas pela escassez de terreno ou falta de espaço existente dentro da área do estabelecimento comercial. Explica que a Lei não foi feita pela Câmara Municipal de Alijó e o comandante da Guarda Nacional Republicana que exerce funções em Alijó, infelizmente, dá mais atenção a estes casos do que aos casos como o referido pelo Deputado Vítor Silva. Afirma que estão a tentar resolver estes problemas para que as pessoas possam viver, porque é disto que muitas pessoas vivem, no Concelho de Alijó. Dirige-se à Deputada Carolina Amélia dizendo que a Barragem fica a montante do Concelho de Alijó e não a jusante, não mexendo assim com os moinhos existentes, até porque lá só existe um que está inactivo. A seu ver todos os moinhos

deveriam ser reabilitados. A Barragem não prejudica absolutamente nada porque uma queda de água ocupa 60 ou 70 m de comprimento, no máximo, de resto, a água corre em leito normal, como corre actualmente pelo Rio Pinhão. Relativamente às fossas de Perafita, Jorjais e Fundões, indica que o ideal seria não haver fossas em lado nenhum. Lembra que foram lá colocadas há muitos anos, no tempo do Dr. Aníbal Ferreira e se fossem feitas hoje, seriam colocadas exactamente no mesmo sítio, pois era o único possível. Informa que uma mini Etar, para dar o mínimo de garantias de qualidade de água à saída, custa cerca de 25 mil contos. Refere ainda que o Pinhão tem 1200 habitantes e a fossa que esta Freguesia usa é o Rio Douro. O colector de saneamento está directamente ligado ao Rio Douro. Dá este exemplo apenas para que os Srs. Deputados verifiquem que as dificuldades se resolvem com dinheiro e quando este se arranja, tentam resolver as dificuldades onde a população é maior. No entanto gostariam que o problema do saneamento, do ambiente que hoje tanto se fala, ficasse resolvido. Relativamente ao arranjo de uma fossa na Freguesia do Amieiro, assunto abordado pelo Deputado Manuel Mesquita, afirma não ter conhecimento do referido ofício, no entanto vai ver o caso e trata-lo com garantia absoluta. No que concerne ao problema de água exposto pelo mesmo Deputado, indica que o anterior Presidente da Junta de Freguesia sempre deu informação que havia água com fartura e agora descobre que um “sr. mauzão, que até é do Partido Socialista”, que fornecia água, deixou de a fornecer. Dirige-se ao Sr. Deputado dizendo que não vale a pena referir que é do Partido Socialista, pois o problema da água, pretendem resolve-lo “sem remendos. Indica que pretendem levar água através da Sra. da Cunha, partindo da conduta de Carlão – Santa Eugénia, assim como também pretendem levar água da Barragem Municipal para Safres e Amieiro. Finaliza dizendo que não há outra solução, pois andarem a resolver com água de nascente, que hoje dão, amanhã não dão e serem obrigados a fazer o tratamento da água, pois a Comunidade Europeia permite que seja fornecida água ao domicilio sem que seja tratada. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá palavra à Sra. Vereadora Maria Eduarda Sampaio: -----

-----**VEREADORA M.^a EDUARDA SAMPAIO:** Começa por pedir desculpa pelo atraso e indica que tal apenas sucedeu porque esteve junto do Dr. Pedro Carreta, Médico Veterinário, a tratar da recolha de dois pássaros que apareceram mortos na Escola Secundária de Alijó, para enviar para análise para Mirandela. Aproveita para dar esta informação, não para alarmar as pessoas mas para

dizer que estão atentos ás situações. È ainda importante que todas as pessoas presentes comecem a dar conta de qualquer situação destas, para que o Médico Veterinário possa fazer a recolha e respectiva análise. Esclarece que no âmbito da Comissão de Protecção de Menores, há dificuldade de articulação verdadeira com todos os parceiros. Informa que há os chamados parceiros obrigatórios, que são imprescindíveis a têm que estar presentes, tal como a Segurança Social e a Câmara Municipal e elementos que são destacados pela Saúde e pela Educação. Esses não podem escolhe-los, são impostos e logo que falte o elemento da Câmara ou da Segurança Social, não pode haver reunião. Como é do conhecimento de todos, a Segurança Social teve um défice enorme nestes quatro anos, em Alijó, não permitindo assim uma boa articulação das chamadas reuniões e da envolvência dos parceiros da reunião, dos membros da alargada, que aí juntam todos os outros elementos do Instituto da Juventude e várias Associações. Informa que a Câmara Municipal de Alijó, nunca se demarcou dos problemas sociais. Envolveu todas as situações no âmbito da Protecção de Menores, Crianças e Jovens em risco, exactamente com o mesmo tratamento como envolve os idosos, os deficientes ou os toxicodependentes. Na Câmara Municipal existem técnicos destacados exclusivamente para a Medida Vida – Emprego, a qual funciona muito bem, pois estão todos a ser encaminhados com sucesso, através de trabalho na Câmara ou empresas, desde pastelarias, Tintas Europa, Restaurante Cepa Torta, entre outros. Todos os casos que estão no âmbito da Protecção de Menores, foram trabalhados com a boa vontade dos técnicos que não estão destacados para este efeito, a Dra. Paula, Assistente Social e Dra. Susana, Psicóloga que não fazem parte da Comissão de Protecção de Menores. Assim dão apoio logístico à sala que está destinada para esse efeito, contudo se não aparecer a Segurança Social, não há capacidade de articulação verdadeira, porque só eles é que podem funcionar em pleno. Todos os problemas foram encaminhados, foram solucionados. Aproveita para esclarecer uma notícia de um Jornal, publicada recentemente, com nomes fictícios, a qual tem imprecisões muito graves pois dizem que “Alijó entregou criança com 20 dias”. Afirma ser mentira pois o processo da dita criança foi tratado directamente pela Segurança Social de Vila Real e com as pessoas envolvidas no caso. Este caso quando chegou à Comissão de Protecção de Menores de Alijó, a qual já presidia, a criança já tinha dois anos, foi entregue pelo Tribunal e não pela Comissão de Protecção de Menores, à progenitora.

Indica que Alijó está a ser preterida, em relação a outros Concelhos, no tocante a um técnico, uma vez que Alijó já teve dois técnicos. Neste momento, o técnico falta aos meses e quando vem, é apenas um dia, não saindo sequer do gabinete e não tem capacidade de atender todos os seus utentes. Indica que agora têm uma luz o fundo do túnel e acredita que não vai logo funcional em pleno, contudo está convencida que os elementos que escolherem na presente Assembleia, conjuntamente com os outros que vão ser escolhidos e impostos, porque a comissão restrita não pode meter elementos e todos vão tentar continuar a trabalhar com todas as pessoas. Acredita que agora vão melhorar. Indica ainda que a Escola Segura também faz parte da Comissão alargada, mas nem sempre comparece às reuniões. Lembra que no dia anterior houve uma reunião da Comissão de Protecção de Menores, foram todos convocados e apareceu exclusivamente o representante da EB 2,3 de Alijó. Finaliza dizendo que, sem alarmismos, conta com a colaboração de todos os presente, na questão da gripe das aves. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Vereador do Partido Social Democrata: ---

-----**VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Agradece ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão, a honra que lhes dá de visitar o seu *blog* (<http://vereadorespsdalijo.blogspot.com>), que é um serviço público, falando de Alijó, dos seus problemas, mas também numa perspectiva positiva, sendo que é uma importante ferramenta na sociedade da informação que resolveram adoptar, criando também uma interactividade com os Municípios. Informa que fica satisfeito pelo Sr. Presidente da Junta do Pinhão o consultar. Quanto ao texto, indica que só mediante uma interpretação claramente deturpativa daquilo que é o espírito do texto, é que o Sr. Presidente da Junta do Pinhão, pode chegar a essa conclusão. Indica que o texto é claro e convida os Srs. Deputados a irem vê-lo e portanto não tem a conotação que o Sr. Presidente da Junta lhe confere. De todo o modo, preferia que o Sr. Presidente da Junta, ao invés de estar tão preocupado com aquilo que se escreve no *blog* dos Vereadores do Partido Social Democrata, devia preocupar-se com os disparates que estão a ser criados, como por exemplo na Praia Fluvial do Pinhão, onde recentemente foram abatidas árvores e claramente desfigurada uma zona de excelência no Concelho de Alijó. Finaliza esclarecendo que fez questão de levar este assunto à última Reunião de Câmara pois o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão, se devia preocupar mais com este tipo de atentado contra a própria Junta de

Freguesia e não com o *blog* dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Lembra que Período Antes da Ordem do Dia tem 60 minutos e este processo está exclusivamente arrastado. A tolerância tem vindo sempre a pautar a acção da Mesa da Assembleia Municipal. Uma vez mais vai acontecer, mas pede naturalmente a contenção, em termos de tempo e o poder de síntese dos Srs. Deputados que pretendam eventualmente interpelar o Sr. Presidente da Câmara ou os Srs. Vereadores. Abre novo Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BALTAZAR BULAS:** Dirige-se ao Vereador Adérito Figueira, afirmando que conhece melhor a água das Fontainhas do que este. Indica ainda que não se trata apenas da água das Fontainhas mas também dos adjacentes comprados pela Junta de Freguesia de então, o Sr. António Heleno Correia. Convida quem o pretender acompanhar, a ir ver o caudal que sai dos excedentes só daquela parte das Fontainhas. -----

-----**DEPUTADA CAROLINA AMÉLIA:** Indica que relativamente à localização da Barragem, haveria eventualmente dois estudos dos técnicos que apontavam para uma Barragem na Torre do Pinhão e outra no fundo da Balsa. A seu ver, apesar do seu parecer, ser de uma simples Presidente da Junta de Freguesia e o parecer dos técnicos tem o seu valor, a dita Barragem situada no fundo da Balsa, iria evitar prejudicar todos os proprietários, inclusivamente os 13 moinhos que existem na Freguesia de Vila Verde. Indica ainda que seria igualmente vantajoso para a Empresa Águas de Trás os Montes e para as próprias populações, pois sendo ao fundo da Balsa, existe o afluente da Ribeira de Jorjais, assim como outros afluentes que na época de Inverno talvez suportem o consumo de água desses Concelhos durante a época de Verão. Relativamente às Etar's indica que seriam vantajosas quer para a saúde pública, quer para o consumo de água, pois as águas são tratadas e podem ser utilizadas para rega, evitando utilização de outras linhas de água. Relativamente ao preço das Etar's indica não concordar com o Sr. Vereador, pois apesar de não ser Vereadora do Pelouro do Ambiente, tem informações e até comprou já uma Etar, com bastante capacidade, pois suporta a capacidade de dois salões, na ordem dos 400 lugares, assim como um posto de abastecimento de combustível, a qual custou cerca de 8 mil euros. Atendendo às vantagens de poder aproveitar aquela água para rega, pensa que o Executivo se deveria debruçar sobre o assunto. Indica ainda que possui

catálogos e preços de várias Etar's e o montante não atinge os valores indicados pelo Sr. Vereador. Gostaria de contar com a colaboração do Sr. Presidente da Câmara, quer na resolução das fossas, quer na defesa dos proprietários que vão ser prejudicados e até se possível, numa outra localização da própria barragem, tendo em conta as vantagens para as Águas de Portugal. Relativamente aos moinhos, refere que estes não existem apenas para tirar uma simples fotografia da Freguesia de Vila Verde, pois são moinhos que funcionam e deles depende o sucesso das Padarias Fernandes, a qual tem três postos de venda, que trabalham com farinha produzida nesses moinhos, no Lugar da Balsa, Freguesia de Vila Verde. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Indica que se congratula por finalmente o Executivo Camarário estar a apostar seriamente numa Freguesia que sempre considerou estratégica, que é a Freguesia do Populo. As potencialidades para as candidaturas a Zona Industrial Intermunicipal no Alto do Populo e Castro do Populo a Património da Humanidade, sempre existiram, pena é que só agora tenham sido descobertas. Contudo, “tarde é o que nunca vem” e regista com agrado as candidaturas. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que o restante troço da Variante de Alijó, vá o mais rapidamente possível até ao Alto do Populo. -----

-----**DEPUADO PEDRO PERRY:** Indica pretender desiludir o Sr. Vereador do Partido Social Democrata, pois não visitou o *blog*, apenas foi informado por alguém. Após essa informação teve que ler o referido *blog*, pois apesar de não ser contra os *blog's*, este particularmente, contém muitas imprecisões e imperfeições, no que diz respeito aos textos. Faz referência aos textos do dia 02 de Janeiro de 2006, em que os Srs. Vereadores se queixam da falta de interveniência, presume que por parte da Câmara Municipal e talvez indirectamente a Junta de Freguesia, relativamente quer à redução de efectivos do Posto da Guarda Nacional Republicana do Pinhão, à redução dos comboios na Linha do Douro, ao ataque aos C.T.T., que em rigor não são uma empresa publica, embora prestem um serviço essencial. Refere ainda que os mesmos se queixam de um ataque a estes serviços e quando a população se revolta e se manifesta conforma referem no texto do dia 12 “ a população incitada pelo respectivo Presidente da Junta de Freguesia, protestou contra um alegado encerramento daquele posto”. Informa que os Srs. Vereadores, que não estava em questão, nem nunca esteve, como o Sr. Vereador tem conhecimento, tal como o Sr. Deputado também sabe,

porque os ofícios da Junta de Freguesia que foram várias vezes levados a Reunião de Câmara e sempre foram apoiados pelo Executivo da Câmara. Nunca nos ofícios da Junta de Freguesia foi referenciado um alegado encerramento do Posto. Há, sim uma suspeita ou medo que este seja o primeiro passo para o encerramento, mas neste momento nunca, nem a Junta de Freguesia, nem a maior parte dos populares puseram o encerramento em questão, porque não é isso que efectivamente está “em cima da mesa”. Está sim, a retirada de um serviço que era efectuado até 31 de Dezembro no Posto do Pinhão e que foi transferido para Alijó. Compreende que, o Sr. Vereador como reside no Porto, quando precisa de se dirigir aos Correios, basta dar uma volta ao quarteirão e possivelmente tem os Correios à disposição. Actualmente no Pinhão, existe um Posto de Atendimento que ainda está a funcionar e pretendem que continue a funcionar por muito tempo. Daí os seus receios, que têm sido sempre manifestados à Administração dos C.T.T. através de correspondência que pode ser verificada pelos Srs. Vereadores e à qual raramente obtiveram resposta. Toda a correspondência enviada à administração, foi no sentido de mostrar toda a indignação e discordância em relação à transferência, pois não vê razão para que ela possa existir, nem tão pouco vê nessa mudança, as vantagens que eles anunciam. Receia que venha a acontecer, não de imediato, mas a longo prazo, uma futura redução de horas de abertura do referido posto e possivelmente um encerramento do mesmo. Pensa que não houve má interpretação da sua parte relativamente ao *blog* que leram, não houve conexões despropositadas, houve antes uma revolta, pois está manipulada uma informação falsa, que não está correcta, de forma a tirar algum proveito político. Pensa que nestas questões não se deve brincar nem se deve levar para esse campo. Relativamente ao abatimento de árvores, informa que assumiu a Junta de Freguesia do Pinhão, já deve ter plantado mais árvores do que todos os Executivos anteriores. Informa ainda que tem investido sensivelmente 500 contos, todos os anos, em plantação de árvores, o que até pode ser comprovado com as respectivas facturas. As árvores referidas pelo Sr. Vereador, estavam praticamente mortas e não valia a pena recuperar, dado o seu sistema radicular, que penetra nas condutas do saneamento e águas pluviais. O abatimento possivelmente foi antecipado, porque já era previsto, dada a necessidade de alteração a efectuar no local. Finaliza dizendo ao Sr. Vereador do partido Social Democrata que quando tiver qualquer duvida, o pode contactar para esclarecimento,

evitando assim conclusões precipitadas. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Lamenta que fosse necessário terem passado três anos para que estejam preocupados com a água, sendo um bem tão essencial que deve ser estimado. Devia ser logo tratado ao alto nível, começando pelo tratamento de tudo que escorre para a Barragem. Indica ainda que, se todas as águas que escorrem para a Barragem tivessem sido aproveitadas em devido tempo, ou seja nos dois ou três últimos anos, talvez não estivessem numa situação tão aflitiva. Relativamente aos contadores de água que são partidos a martelo ou com pedras, lembra que quando tomou posse na Junta de Freguesia de Vila Chã, chegou a contactar uma pessoa, que tinha tal habito e ameaçou-o dizendo que se voltasse a cometer tal delito, se encarregaria de o mandar prender. A questão da água sempre o preocupou e como tal, têm a Barragem da alagoa no Lugar da Chã, recurso que há mais de dois meses está a deitar um caudal por uma manilha de 30 cm para a Barragem. Indica que são atitudes destas que todos têm que tomar. Os técnicos falam nas minas de água, entre outras coisas, mas na sua maneira de ver, o que foi feito na alagoa tem que ser feito ao longo de todo o Concelho de Alijó, onde houver condições para tal. Lembra que todo o saneamento da Chã e Vila Chã, está canalizado para a barragem e solicita o Sr. Presidente se digne informar como está o processo da Etar de Vila Chã e Chã. Refere ainda que a referência ao *blog* dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, foi uma autêntica publicidade e que está do lado do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão, não apenas pelo simples facto de ser Presidente da Junta, mas porque lhe deu a resposta certa. Isto, porque as Juntas de Freguesia prestam um serviço público, têm uma porta aberta e é lá que se deve ir buscar toda a informação, não expondo num *blog*. Na sua óptica, ele fez um óptimo trabalho, defendeu quem tinha que defender e é até um exemplo a seguir. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do pinhão teve muita coragem e está muito solidário com ele e caso seja necessário algo, estará ao seu dispor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Esclarece que não vai haver outra ronda de intervenções dos Srs. Deputados, após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara ou do Sr. Vereador pois foram visados nas intervenções dos Srs. Deputados. Introduce *Ponto Um da Ordem de Trabalhos* e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara: -----

EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Dezembro (segunda quinzena), Janeiro e início de Fevereiro. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** Para a próxima Assembleia Municipal, no período de dez de Outubro do ano passado até quinze de Fevereiro do presente ano, importa dividir a análise pelos anos em causa. Assim, no fecho do exercício económico do ano passado verificavam-se determinadas condições, distintas das actuais. Então, relativamente aos “Encargos assumidos e não pagos” existia um montante que ascendia a dois milhões duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e noventa e sete euros e cinquenta cêntimos (€2.237.897,50). Deste valor, 66% corresponde a investimento já realizado, via empreiteiros. Acresce ainda à rubrica de investimento, aquisições de materiais para realização por administração directa. As dívidas à banca, por empréstimos anteriormente contratados, eram de sete milhões e sessenta e nove mil quatrocentos e dezanove euros e quarenta e três cêntimos (€7.069.419,43). Interessa esclarecer que alguns dos valores em dívida serão pagos junto de entidades de factoring, fruto de acordos entre estas e os aderentes. Na segunda parte do período analisado, o ano de dois mil e seis (2006), a Câmara Municipal de Alijó, pagará à banca, sensivelmente, quinhentos e trinta e nove mil trezentos e trinta e nove euros com noventa e oito cêntimos (€539,339,98), referentes a amortizações; acrescem cento e quarenta e três mil, novecentos e trinta e cinco euros com sessenta e nove cêntimos (€143.935,69), para liquidar juros (valores provisórios, pois as taxas de juros são variáveis). No que concerne aos “Encargos assumidos e não pagos” o montante aumentou para dois milhões seiscentos e setenta e seis mil duzentos e trinta e seis euros com seis cêntimos (€2.676.236,06), no entanto, a percentagem que implica investimento acompanhou a tendência e ascende agora a 72%. A mesma consideração deverá ser feita relativa às aquisições de materiais para realização de trabalhos por administração directa. Relativamente aos Documentos Previsionais, O Orçamento e as Grandes Opções dos Planos, estes já sofreram duas modificações: a primeira foi uma alteração e a segunda, uma revisão, a aprovar em Assembleia Municipal. Os níveis de execução orçamental encontram-se agora em 5,1% para a receita e 3,21% para a despesa. Por fim, para o corrente exercício económico, estão a ser elaborados “Protocolos de execução” com as Juntas de Freguesia, para dar uma melhor resposta às necessidades destas. Também serão celebrados “Acordos de pagamento” com os empreiteiros para liquidação das suas dívidas. **2 – Actividade do Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços:** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em

pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** a – Actividade cultural:

Biblioteca Municipal

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
Dezembro /2005 * a partir do dia 12	0	149	0
Janeiro/2006	6	275	9
Fevereiro/2006 * até ao dia 14 (inclusive)	6	123	4

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>	<u>Vídeos requisitados</u>
Dezembro/2005 * a partir do dia 12	0	248	0
Janeiro/2006	7	1.443	15
Fevereiro/2006 * até ao dia 10 (inclusive)	16	254	0

Actividades realizadas: “Desafios” – Projecto de promoção de leitura, levado a cabo pela Biblioteca Municipal, junto das crianças do 1.º Ciclo do Concelho, através da sua Biblioteca Itinerante. Auditório Municipal

Dezembro	
Actividade	N.º de espectadores
A Caverna	41
Virgem até aos 40	52
A Lenda de Zorro	50
Harry Potter e o Cálice de Fogo	150
Elizabethtown	75
“A Menina do Mar” – Dia Mundial do Deficiente	232
O Patinho Bonito - Marionetas - Infantários	300
O Espelho – Teatro – 1º Ciclo	590
A Lenda de Zorro –Cinema – 2º, 3º ciclos e Secundários	900
Musical – As Músicas da Carochinha	180
Total	2570

Janeiro	
Actividade	N.º de espectadores
Concerto de Ano Novo	232
Flightplan - Pânico a Bordo	163
King Kong	111
Teatro “O fabricante de Mascaras”	73
Chicken Little	111
O Exorcismo de Emily Rose	102
Enquanto Estiveres Aí	35

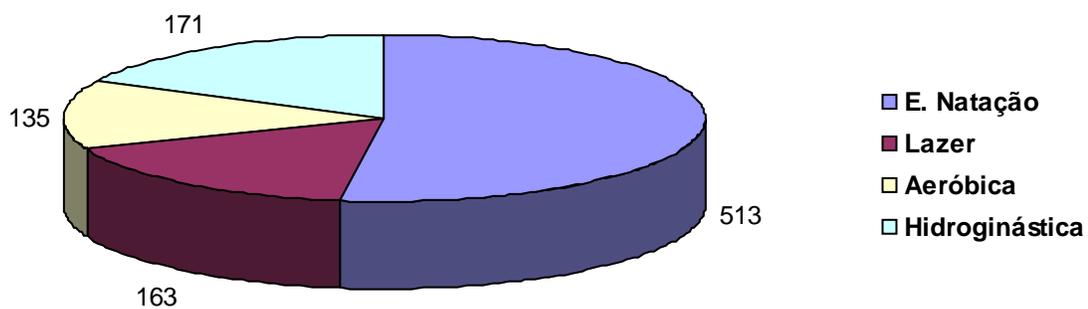
Fevereiro	
Actividade	N.º de espectadores

A Noiva Cadáver	79
Recital de Canto	17
Wallace and Gromit	45
O Crime do Padre Amaro	173

Espaço Internet: Dezembro: 1903 utilizadores; Média de idades: 19.5; Janeiro: 2686 utilizadores. Média de idades: 19.1; Fevereiro: 1390 utilizadores * Média de idades: 19.1 * (* até 14 de Fevereiro) Formação: 2 mini cursos de introdução de informática para adultos: 20 alunos, 2 Net kids – informática para os mais novos: dos 6 aos 10 anos: 26 alunos. b – Actividade desportiva. Actividades de carácter contínuo (Dezembro) Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que posteriormente se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step, Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico mas também a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizarem uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. “Actividades aquáticas para Idosos”. São enquadradas semanalmente por professores com formação específica em trabalho com idosos e populações especiais. Este projecto, a funcionar com um Centro de Dia do Concelho, pretende-se, num futuro próximo, ser alargado a todos os Centros de Dia interessados. Boccia para a Idade Avançada – Apoio técnico aos Centros de dia que mantêm esta modalidade como forma de ocupação e manter a actividade dos seus idosos. Escola de Formação Desportiva Municipal - projecto de animação desportiva, que proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportivo. Esta actividade a funcionar todos os sábados de manhã é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas.

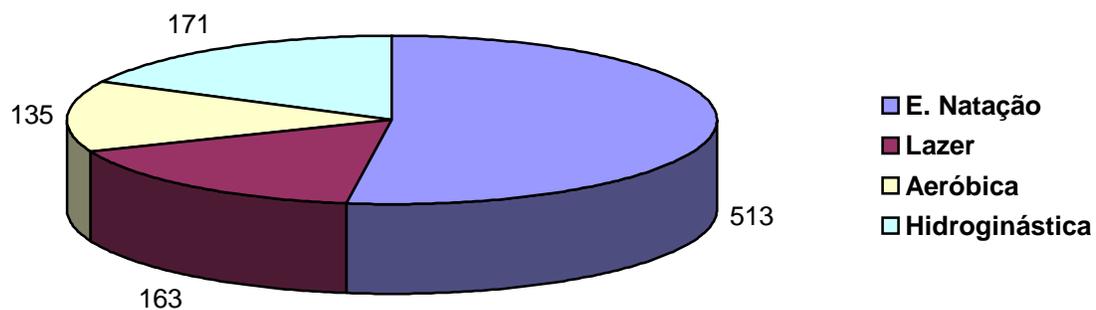
Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Dezembro 2005



Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	513
Lazer	163
Aeróbica	135
Hidroginástica	171
TOTAL	982 Entradas

Janeiro 2006



Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	576
Lazer	255
Aeróbica	144
Hidroginástica	171
TOTAL	1146 Entradas

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), continuam a desenvolver esforços nesse sentido. Os assuntos tratados nos Gac's são sempre bastante variados. Ali são desenvolvidos contactos com várias instituições como a Segurança Social, ADSE, Centro Nacional de Pensões, EDP, PT, DG de Veterinária, Ministério da Defesa, seguradoras, bancos, DGRN, IFADAP, entre outras. Os GAC's também prestam apoio às Juntas de Freguesia onde estão a funcionar, no preenchimento de impressos, atestados, declarações, guias de transporte, provas de vida, chamadas telefónicas e todos os assuntos em que as intermediárias podem ser úteis. Continuam a apoiar os alunos na elaboração dos TPC's, pesquisas na net, criação de e-mails, digitalizações, etc. Quanto aos serviços que abrangem a população de uma faixa etária mais elevada, os meses de Janeiro e de Fevereiro são tradicionalmente muito procurados pelos reformados, para serem elaboradas provas de vida para entregar à PT, com a finalidade de garantirem descontos na assinatura telefónica. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

Gac	Dezembro	Janeiro
Carlão	150*	380
Pinhão	725	488*
Sanfins do Douro	372	366
Vilar de Maçada	410*	651

* Estas intermediárias gozaram um período de férias no mês assinalado. d – Posto de Turismo

Dezembro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de trinta portugueses e dois espanhóis; Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo; Janeiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de dez portugueses e um brasileiro; Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo; Fevereiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço até à data de 18.02.2006 de catorze portugueses e dois ingleses; Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo **c – Obras e Intervenções Municipais:** *

Colocação de contadores e ramais de água e reparação de rupturas de água;* Limpeza de valetas de diversas estradas;* Calcetamento de passeios e ruas em diversas localidades do concelho; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical e horizontal no concelho; * Limpeza de árvores e cemitérios; * Limpeza de fossas e redes de saneamento; * Reparação de diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico; * Limpeza dos restos de fogueiras de natal com máquinas e camião; * Reparação de tampas de saneamento; * Desentupir saneamentos, fontanários e ribeiros; * Limpeza de jardins municipais; * Distribuição de briquetes pelas escolas; * Abertura de estradas; * Limpeza de lixeiras; * Pintura da estrada do centro de saúde do Pinhão até à estrada nacional; * Colocação de bóia nos depósitos de Santa Eugénia; * Pintura de enfermarias e gabinetes médicos no hospital; * Colocação de persianas no edifício pré-fabricado; * Pintura

do estacionamento para autocarros no parque de estacionamento do liceu; * Colocação de tubos em PVC 0.75 na conduta danificada em roteamento; - Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos: * Ampliação, conservação e reparação das redes de saneamento – freguesia de Cotas; * Sistema de aquecimento central a biomassa florestal para o complexo Escolar do 1.º CEB e J.I. de Favaios; * Pavimentação de arruamentos no concelho (Bairro do Pendão, Rua do Cabo e outras em Santa Eugénia) **d – Acção Social, educação e saúde pública:** a – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; psico - social; Apoio psicológico a crianças e jovens em risco ou em situação de carência económica; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Internamento de crianças em risco em instituições de acolhimento; Em preparação um parecer sobre o regulamento da Acção Social Municipal. Apoio a Idosos e Deficientes- Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas Técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados tais como cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo, sempre que as famílias deixem de os necessitar são devolvidos a Autarquia para serem emprestados a outros idosos. Assim, procedeu-se a: Aquisição e atribuição de duas camas hospitalares tripartidas (1 Alijó, 1 Vilar de Maçada). Até ao momento encontram-se emprestadas 17 camas hospitalares, no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde e Vilar de Maçada); Atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados do Concelho; Atribuição de uma cadeira eléctrica a jovem deficiente (Vilar de Maçada). Até ao momento foram atribuídas 5: 1 em Vila Chã, 1 em São Mamede de Ribatua, 1 em Francelos e 1 em Sanfins do Douro); Atribuição de uma cadeira de rodas a idoso acamado (Vilar de Maçada). Até ao momento encontram-se emprestadas 13 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Favaios, São Mamede, Vila Chã, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada). Apoio à Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos (20 situações - 4 Castedo, 2 Vila Chã, 2 Alijó, 5 Vilar de Maçada, 3 Vila Verde, 2 São Mamede, 1 Vilarinho de Cotas e 1 Cotas); Continuação das obras e dos apoios a 3 famílias disfuncionais residentes em Alijó (instalação eléctrica e carpintaria), Pópulo (pintura e outros pequenos acabamentos) e Ribalonga (instalações sanitárias); acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação. - Programa “SOLARH”: N.º de processos concluídos – 13; N.º de processos entrados – 0; N.º de processos aprovados – 2; N.º de processos aprovados e que se encontram em

fase de obras – 3; N.º de processos a aguardar aprovação – 1; N.º de processos a aguardar parecer técnico – 0; N.º de processos indeferidos – 0; N.º de processos suspenso – 1 Apoio na Saúde - integração socioprofissional de toxicodependentes - Programa Vida –Emprego: Até ao momento já concluíram o Programa 17 utentes, os quais ficaram afectos aos quadros das empresas onde iniciaram o Programa..Neste momento, estão em acompanhamento: Estágio Profissional de Integração Sócio - Profissional – 2, Processos em preparação – 4, Medida “Apoio ao Emprego” – 6, Processos cancelados – 1, Processo concluído a aguardar resposta para integração – 1, Processo concluído com integração plena – 1, Apoio Acção Social escolar apoio no transporte escolar de crianças com deficiência, que frequentam estabelecimentos especializados, APPCDM de Sabrosa e APPC de Vila Real; apoio no alojamento de crianças na Residência Escolar da Granja. b - Educação: * Implementação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês para todos os alunos do 3º e 4º anos de escolaridade do concelho de Alijó; * Candidatura ao Programa de Generalização do fornecimento de Refeições para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico; * Candidatura ao Programa de Apetrechamento Informático das Escolas do Ensino Pré-Escolar (Pós-Conhecimento); * Projecto para instalação de banda larga em todas as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho; * Distribuição de leite escolar pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos;* Distribuição de briquetes pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos;* Transportes escolares, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade;* Transporte das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico provenientes das escolas que encerraram em virtude do reordenamento da rede escolar; * Cedência de transporte para visitas de estudo dos alunos de todas as Escolas do concelho; * Cedência de transporte para Desporto Escolar da Escola Secundária de Alijó, Escola EB 2,3 de Alijó e Escola EB 2,3 do Pinhão;* Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); * Cedência de transporte a todos os deficientes do concelho para a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real e Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal); * Pagamento das verbas atribuídas às Juntas de Freguesia para limpeza e material de desgaste das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância; * Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; * Desinfestação e limpeza de recintos escolares; * Projecto de Instalação de um coberto no parque de estacionamento dos autocarros; * Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão e da Escola Secundária de Alijó; * Projecto para instalação de sistema de aquecimento

central na Escola EB 1 de Favaiois;* Pagamento do almoço das crianças do pré-escolar às entidades que fornecem almoço às crianças do pré-escolar público (crianças dos infantários de Alijó, Granja, Presandães, Favaiois, Pegarinhos, Pinhão, Vila Chã, Santa Eugénia e Vilar de Maçada); * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa nos Infantários Públicos – prolongamento de horário (Alijó, Castedo, Favaiois, Granja, Pinhão, Pegarinhos, Presandães, Santa Eugénia, S. Mamede de Ribatua, Vila Chã, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas);* Colocação de uma Auxiliar de Acção Educativa para apoiar os alunos provenientes de outras localidades que frequentam a EB 1 de Vila Verde à hora de almoço; * Colocação de pessoal (através do Instituto de Emprego, no âmbito do Programa de Carentiados) na Ribalonga, Vila Verde e Carlão para dar apoio aos alunos provenientes das Escolas que encerraram em virtude do Reordenamento Escolar (Freixo, Perafita, Jorjais, Jorjais de Perafita, Souto de Escarção, Franzilhal, Casas da Serra e Rapadoura) * Colocação de Auxiliares de Acção Educativa para apoio ao fornecimento de almoços na Escola 1º CEB de Alijó;* Pagamento do almoço das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico provenientes de escolas que encerraram em virtude do Reordenamento da Rede Escolar;* Fornecimento de equipamento imobiliário e material didáctico em alguns Jardins-de-infância públicos e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; * Participação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (cedência de técnicos para acompanhamento de casos, cedência de instalações, cedência de viatura, apoio logístico).* Acompanhamento psicológico de crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico;* Apoio ao Ensino Recorrente e Extra-Escolar – apoio logístico e material didáctico e de desgaste; c – Saúde Pública Apresenta-se, seguidamente, um resumo da actividade desenvolvida pelo Médico Veterinário Municipal de Alijó de 17 de Dezembro de 2005 até 16 de Fevereiro de 2006: - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Participação em seminário sobre a nova legislação comunitária

de higiene dos géneros alimentícios, e discussão dos respectivos guias de aplicação; - Acompanhamento de acções de fiscalização da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, relacionadas com o destino de sub-produtos de aviários (Nortegal, na Chã, freguesia de Vila Chã)

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Alijó, Presandães, Sanfins do Douro	. GADL; . Área Florestal da Junta de Freguesia de Alijó; . Área Florestal da Junta de Freguesia de Sanfins do Douro.	.Visita e aconselhamento sobre as melhores formas de intervenção nas áreas.	. Visitas de trabalho às áreas a interencionar.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – Santa Eugénia (Sector Agro-Pecuário)	. GADL; .Agricultor/Potencial produtor	. Acompanhamento de projecto em análise para produção de fumeiro	Reunião de trabalho com o agricultor.

Concelho de Alijó – Alijó (Sector Artesanato)	. GADL; . Artesã	Acompanhamento de projecto em análise	Reunião de trabalho com a artesã.
Concelho de Alijó – Granja (Sector Comercial)	GADL; . Promotores; . Empresa de Consultoria (SPA/GLOCAL)	Aconselhamento sobre recursos a incentivos disponíveis para a criação do seu próprio emprego.	Reuniões de trabalho com os potenciais promotores, Técnicos do GADL e SPA (empresa que efectua enquadramento dos projectos propostos e formação aos potenciais promotores)
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó-ZCMA-Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; .Aluna Estagiária da UTAD	Avaliação: - Análise da situação da Gestão da ZCMA, com a colaboração da UTAD.	. Reunião de trabalho;
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL;	. Criação de condições para ver aumentado o nº de exemplares de perdiz vermelha na ZCMA	. Levantamento das áreas de sementeira; . Registo periódico do estado dos comedouros colocados em zonas onde foram efectuados repovoamentos, bem como dos pontos de água; . Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	GADL; . Vice-Presidente do Município de Alijó (responsável pela Protecção Civil do Concelho);	Aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	. Reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (27/12/2005).

	<ul style="list-style-type: none"> . Representante dos B.V. do Concelho; . Representante da DGRF; . Representante da GNR; . Representante das Junta de Freguesia do Concelho. 		
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Todas as Escolas do Concelho; . Todo o Executivo do município. 	<ul style="list-style-type: none"> . Dar continuidade ao projecto iniciado em 2004 com a população escolar na defesa da floresta. Projecto de sensibilização que tem como objectivo a utilização das mensagens e ilustrações realizadas pelas crianças e adolescentes deste Concelho (em idade escolar), para ajudarem na sensibilização da população adulta; . Lançamento de uma proposta para realização de um Herbário pela população escolar, sensibilizando-os para a preservação das espécies autóctones; 	<ul style="list-style-type: none"> . Acções de sensibilização realizadas no Auditório de Alijó e na Escola E.B.2,3 do Pinhão, para a população escolar do 1º,2º e 3º ciclo.
Concelho de Alijó (Sector Florestal)	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; .Presidente da Câmara Municipal de Alijó. 	<ul style="list-style-type: none"> . Sensibilização de toda a população do Concelho para a Defesa da Floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> . Carta do Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alijó, aos Municípes colocada no site da Câmara Municipal, bem como regulamento de concurso “Floresta a Crescer Sob o Teu Olhar” a realizar com a População Escolar.
Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó – S.Mamede Ribatua	<ul style="list-style-type: none"> . GADL; . Agricultor/Produtor Florestal 	<ul style="list-style-type: none"> . Acompanhamento de projecto aprovado e concluído de arborização e de Pinhal. 	Visita ao terreno

(Sector Florestal)			
Concelho de Alijó – Presandães (Sector Florestal)	. GADL; . Agricultor/Produtor Florestal	. Acompanhamento de projecto aprovado e concluído de arborização e limpeza de Pinhal	Visita ao terreno

Alijó, 15 de Fevereiro de 2006, O Presidente da Câmara, José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Baltazar, esclarece que os trabalhos de procura de alternativas para os problemas de água no Concelho de Alijó, não começaram ontem. Está a ser feito por equipas técnicas altamente habilitadas para o efeito e não tem capacidade para dizer que o trabalho da referida equipa, está mal feito. Indica ainda que a situação está a ser monitorizada pelo INAG e Águas de Trás os Montes e Alto Douro, sendo assim esta questão da responsabilidade dos mesmos, a partir do momento em que a Câmara Municipal fez um protocolo de adesão ao sistema multimunicipal. O papel da Câmara Municipal nesta procura, é de ajuda no terreno, a localizar eventuais fontes de água assim como ajudar a localizar onde existem problemas. Contudo quem tem de dar a solução, são as empresas. Indica que estão previstas medidas de curto, médio e longo prazo, medidas de prevenção e medidas de acção imediata. Relativamente ao Concelho de Alijó, está previsto um conjunto de acções de sensibilização radiofónicas, cujos spots vão ser produzidos e postos no ar pela Empresa de Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Vão ainda ser feitas acções de sensibilização por prospectos que irão ser distribuídos por todo o Concelho, assim como também vão verificar perdas no sistema, pois a média nacional é de 135 litros por habitante. No Concelho de Alijó estão a gastar uma média de 500 litros por habitante, o que indica que tem que haver fugas, perdas ou outras situações. Tais situações vão ser verificadas e analisadas pela empresa de Águas de Trás os Montes e Alto Douro e assim estabelecer um diagnóstico. O tarifário vai ser igualmente analisado, não apenas na Câmara de Alijó, como em muitas outras, onde se verificam problemas de escassez de água e tem a ver com o facto de a água ser mais cara, em função daqueles que a usam de forma menos eficiente. Uma origem de

água que ainda não foi totalmente explorada no Concelho de Alijó como em muitos outros, é o chamado uso eficiente da água e dentro dos respectivos spots, vão aparecer como se deve utilizar a água. Informa que vai ainda existir um investimento no aproveitamento das águas residuais, nomeadamente da Etar, para efeitos de rega. Vai existir ainda uma reformulação no que respeita aos jogos de água existentes para regar os jardins, assim como uma série de medidas para procurar novas captações e ligá-las em termos de rede, ao sistema existente. Esclarece ainda que vai ser feita uma tentativa de reforço no armazenamento de água tratada, relativamente às situações que já existem e relativamente à eventual construção de novos depósitos. Vai ser feito um plano de emergência e todas as acções referidas, vão ser monitorizadas pela Empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Para além disso, têm ainda um calendário das acções e um processo de engenharia financeira, e que está relacionado com reutilizações de águas residuais tratadas até ao final do mês de Março. Esta situação vai ser alvo de elaboração de um protocolo, aquisição e instalação de equipamento, num investimento total de 9 mil euros; redução de perdas, identificação das estruturas a monitorizar, monitorização e avaliação das acções necessárias, implementação de acções correctivas, até ao final do mês de Abril, contabilizando cerca de 100 mil euros. Pretendem ainda a reabilitação de captações existentes, identificação das captações com potencialidade para serem reactivadas, análise da qualidade da água, definição de captações a intervir, identificação das intervenções a executar, execução de obras incluindo ligações aos reservatórios até final do mês de Maio, onde está previsto para estas acções um investimento na ordem de 25 mil euros. Foca ainda a captação de reforços a alternativas, identificação dos locais potenciais, procedimentos administrativos de consulta e adjudicação, execução de furos e avaliação da qualidade da água, fornecimento e montagem de equipamento hidroeléctrico, execução de sistemas de ligação de furos aos reservatórios até ao final do mês de Maio, no montante de 200 mil euros. Tudo isto vai ser alvo de investimento da Empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Indica que este trabalho, não foi feito ontem, é antes o resultado de uma pesquisa e monitorização levada ao longo dos últimos tempos e executada pela referida Empresa que tem responsabilidades para o fazer. No que diz respeito à questão da Barragem, informa a Sra. Deputada Carolina Amélia, que foram os técnicos que determinaram a sua localização, com base em estudos ambientais, geológicos, hidrológicos e

estudos acerca da capacidade freática, de captação e armazenamento de água. Relativamente às Etar's, indica que está relacionado com o abastecimento em baixa, porque a Empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, só está responsável pelas águas e saneamento em alta. Informa que dentro da perspectiva do próximo Quadro Comunitário de apoio, está já a ser elaborado um estudo para que eventualmente a referida empresa, faça um investimento no sistema de abastecimento em baixa, quer ao nível da água, quer ao nível do saneamento. Recorda que quando constituíram o sistema multimunicipal de águas e saneamento, pela primeira vez, a Região de Trás os Montes e Alto Douro, teve acesso a 82 milhões de contos de fundo de coesão, que de outra forma, cada Câmara isolada, jamais teria acesso. No que diz respeito à Zona Industrial e respectiva intervenção da Sra. Deputada Filomena Nogueira, indica que o que está absolutamente garantido, numa reunião com a empresa Estradas de Portugal e a Câmara Municipal, é que o futuro traçado da A4 e a ligação do IC5, que já foi a concurso, vai fazer a ligação da actual Variante, até ao nó do Populo e do Populo até à A7 em Vila Pouca, são prioridades absolutas. Relativamente à A4, defendem um traçado que passasse perto dessa situação e que servisse a futura Zona Industrial a construir no Alto do Populo, fazendo o interface com o IC5, de forma a garantir não apenas a ligação de Alijó ao Litoral Português e a Espanha, mas também ao interior da região de trás os Montes e Alto Douro e Litoral do País. Com estas duas infraestruturas garantem essa ligação, ficando Alijó numa situação privilegiada em termos de acesso e por isso a CCDRN aceitou pagar o estudo que vão encomendar para a construção da Zona Industrial no Alto do Populo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Vereador Miguel Rodrigues, face ao facto de ter sido visado: -----

-----**VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do pinhão, dizendo que este veio evocar textos que constam do *blog*, ou seja, fala de algo que não conhece e como tal não deveria trazer para a Assembleia Municipal, assuntos que desconhece. Relativamente aos textos, é pena que tenha citado excertos descontextualizados, deveria ler os mesmos na integra ou não lhes fazer referência. Indica não haver qualquer contradição entre os dois textos. O segundo texto diz e bem, que o Sr. Presidente da Junta do Pinhão tinha obrigação de saber que o Posto de Correios não estava, naquela altura em risco de encerrar, do que se tratava era da

retirada dos dois carteiros do Pinhão, para Alijó. Esse assunto foi levado a Reunião de Câmara, no final do ano passado e os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, bem como todo o Executivo, condenaram essa retirada, sendo até uma deliberação aprovada por unanimidade. Explica ainda que disse na informação, após ouvir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão a dizer na comunicação social que queriam encerrar o Posto de Correios do Pinhão, é que havia informações que permitiam concluir que não era o Posto, que estava em risco de encerrar, sendo apenas e tão só, a retirada de dois carteiros para Alijó. Se mais tarde o referido Posto estiver em risco, estará ao seu lado a defender os interesses do pinhão e também do Posto de Correios do Pinhão. Afirma ainda que quem faz uma interpretação abusiva e quem deturpa a realidade, não são os Vereadores do Partido Social Democrata, quem manipula a informação é o Sr. Presidente da Junta, que de forma pouco elegante, quer dar a entender que o Sr. Vereador não está preocupado com a manutenção do Posto de Correios, pois tem correios perto da sua área de residência. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, sobre o *blog*, presume que este esteja a falar de algo que desconhece, de todo o modo compreende a necessidade de os “atacar, na medida em que depois do ataque acérrimo ao Sr. Presidente da Câmara, pretende também atacar o Partido Social Democrata, através do *blog*”. Termina solicitando que o mesmo não se pronuncie sobre questões que desconhece. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “ Eleição de 4 representantes designados pela Assembleia Municipal para fazerem parte da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que a Sra. Vereadora quando prestou esclarecimentos na sua intervenção, sobre questões da Acção Social, de certa forma já introduziu este Ponto da Ordem de Trabalhos. A comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco, para além da Comissão restrita, tem uma Comissão alargada e de acordo com a Lei, a Assembleia Municipal tem que indicar 4 nomes para a referida Comissão alargada. Como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, está a decorrer um processo de reestruturação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em risco. Tal como referiu na última Assembleia Municipal, a propósito da

Assembleia Distrital, enquanto existirem na lei estas situações, têm que ser cumpridas. Embora a Comissão alargada reúna apenas duas vezes por ano, é importante que as pessoas que venham a pertencer à mesma, permaneçam e tenham interesse em participar nas reuniões e não faltem porque caso faltem, será mais difícil operacionalizar esta Comissão. Para além da questão da assiduidade, lembra que se não constituíssem esta Comissão, a própria Comissão restrita não podia funcionar. É ainda importante que haja um critério de distribuição geográfica das pessoas a pertencer a esta Comissão alargada, pois beneficiará todo o Concelho. É igualmente importante que essas pessoas tenham uma ligação ao terreno, à realidade, para poderem ajudar os casos que possam ser alvo de acção da Comissão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Em nome da Bancada do Partido Socialista propõe para a referida Comissão, os seguintes Sr. Deputados: Carlos Magalhães, Amélia Baptista, Humberto Barbosa e Telmo Pinto. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Informa que esta questão é muito importante e tem que ser abordada de uma forma muito responsável. Esclarece que ficou siderado ao ouvir a proposta apresentada pelo Deputado Telmo Pinto. Sem pretender pôr em causa qualquer um dos quatro nomes das pessoas que foram indicadas, parece-lhe que o critério utilizado nesta Assembleia Municipal, nunca foi usado, em condições idênticas. À semelhança do que aconteceu na última Assembleia Municipal, pensou que fosse feita uma proposta, no sentido de os representantes serem da Assembleia Municipal, abrangendo pessoas indicadas pelas duas Bancadas, em consenso e até se necessário, como prevê a Lei, com recurso a pessoas que não sejam Deputados Municipais. Devem ser pessoas com formação técnica, com conhecimento da situação, que dominem estas áreas e por isso fossem indicadas e eleitas posteriormente pelos Deputados da Assembleia Municipal, tal como aconteceu há quatro anos atrás. Esclarece ainda que não está minimamente nada de acordo com o que foi dito, quer pela Sra. Vereadora da Acção Social, quer pelo Sr. Presidente da Câmara. A Comissão deveria funcionar, tal como diz o artigo 22º da Lei “A Comissão é restrita, funciona em permanência”. Não é verdade que para o funcionamento da Comissão restrita e da Comissão

alargada, seja necessária e indispensável a presença da representante da segurança da Segurança Social. Tal não deve ser invocado para a Comissão não funcionar, pois sobretudo a Comissão alargada, não funcionou. Informa que teve o cuidado de conversar com dois membros eleitos, um deles é a sua própria esposa e a outra é a Dra. Manuela Domingues, que representava a Comissão de Pais da Escola Secundária e tem conhecimento que a Comissão, nos últimos quatro anos, não funcionou. Através da intervenção da Sra. Vereadora da Acção Social, ouviam a confirmação que a Comissão restrita também não funcionou, pois faltava o representante da Segurança Social. Analisando a composição e funcionamento, referido na Lei 147/99, não tem rigorosamente nada a ver com o que acabou de ser referido na Assembleia Municipal. Os membros eleitos constituem-se em Comissão, há uma comissão alargada que deve reunir no mínimo de dois em dois meses e não é condicionada pela presença de ninguém. Da Comissão alargada, há eleita uma Comissão restrita, que funciona em permanência e deve reunir, no mínimo de 15 em 15 dias e também não está condicionada a presença de ninguém. Uma das obrigações desta Comissão é apresentar anualmente, até ao dia 31 de Janeiro, um relatório à Assembleia Municipal, contudo, nos últimos três anos, nenhum relatório foi apresentado. Indica que não podem estar hipocritamente a invocar e apelar à participação quando depois se tomam atitudes assim. A Comissão não funcionou por culpa exclusivamente o Presidente da Comissão e se atenderem ao disposto no artigo 26º da Lei, tem muitas dúvidas, que a Sra. Presidente possa continuar no exercício dessas funções e que possa até continuar a ser membro pois diz “ o exercício das funções na Comissão de Protecção, não pode prolongar-se por mais de seis anos”. Solicita que a lei seja lida com atenção e se cumpra minimamente. Indica que está muito preocupado, pois na qualidade de advogado trata de pelo menos três situações de crianças em risco e nunca sentiu a participação da Comissão. Propõe que o Deputado Telmo Pinto reconsidere a sua proposta e que em consenso procurem escolher outros membros. Se o critério se mantiver, o seu voto será contra, pois pensa que os quatro membros da Assembleia devem ser escolhidos em circunstâncias diferentes. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dado que o Deputado Telmo Pinto foi invocado e lhe foi sugerida uma correcção do seu posicionamento, é-lhe concedida a palavra: -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Indica que a intervenção do Deputado Aníbal é pertinente

e explica que um dos critérios adoptados. Indica assim que os quatro nomes citados foram falados previamente e uma das razões fortes para a nomeação foi a distribuição geográfica no Concelho e também porque a Comissão do mandato não funcionou. A situação foi ponderada porque há quatro anos atrás colocaram à disposição da Bancada do Partido Social Democrático para escolherem dois elementos e a Bancada do Partido Socialista escolhia os outros dois elementos. Assim foi escolhido o Deputado Carlos Magalhães, a Deputada Amélia Baptista, o Deputado Mário Vaz e a Professora Arminda Ferreira. É verdade que a Comissão não funcionou e tem informação que o Deputado Mário Vaz nunca compareceu às reuniões. Nesta perspectiva, assumiram toda a responsabilidade do processo. Indica ainda que não é por acaso que continuam a indicar o Deputado Carlos Magalhães e a Deputada Amélia Baptista, porque o primeiro é Jurista e membro importante para a Comissão e a segunda é da área da saúde; o Sr. Humberto é Deputado da Assembleia Municipal e o Deputado Telmo Pinto como Presidente de Junta de Freguesia e representante da Zona Sul do Concelho de Alijó. Nesta escolha não há nada escondido, mas fica contente com a proposta que apresenta e fica o compromisso da sua parte e da Bancada do Partido Socialista de aceitar a sua proposta. Propõe então que apresentem os dois nomes da Bancada do Partido Social Democrata e solicita que os relatórios anuais sejam apresentados na Assembleia Municipal. Finaliza esclarecendo que mantém o Deputado Carlos Magalhães e a Deputada Amélia Baptista. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Deputado Aníbal Ferreira: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Começa por pedir desculpa ao Deputado Telmo Pinto pelo facto de o ter interpelado durante a sua intervenção, contudo ficou furioso e garante à Assembleia Municipal que as informações que transmitiu são de fonte segura e a D. Maria Arminda sempre que foi convocada, nunca faltou. Da última vez que a Comissão foi convocada, há cerca de três anos, foram os representantes da Câmara que faltaram e não houve reunião. Indica ainda que se duvidarem desta informação, pode trazer até a Assembleia Municipal a sua esposa para confirmar. Lamenta se de facto o Sr. Deputado Mário Vaz não compareceu às reuniões. Indica como membros da Comissão, o Deputado Joaquim Grácio e ele próprio. Todavia indica que há dois critérios que contrariam a sua indicação: um deles é a sua área de formação, que está preenchido pelo Deputado Carlos Magalhães e a outra é o critério geográfico, pois está em Alijó. A Sra. Deputada Amélia

Baptista preenche a área geográfica de Pegarinhos. Solicita que façam um intervalo para almoço e neste espaço tentaria contactar alguém da Bancada do Partido Social Democrata, pois apenas conseguiu falar com o Deputado Joaquim Grácio e não pretendia ficar ele próprio na Comissão. Se não aceitarem terá de ser ele mesmo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra à Sra. Vereadora da Acção Social, Dra. Maria Eduarda Sampaio: -----

-----**VEREADORA M.^a EDUARDA SAMPAIO:** Informa que não houve, da parte de todos os elementos, capacidade de estar e não havendo quórum, não podem ser feitas as reuniões. Assim as pessoas sentiam-se defraudadas e queriam trabalhar mas não havia interesse dado a falta de técnicos, de dinheiro e suporte jurídico porque ninguém sabia o que estava ali a fazer. A situação tomou tal proporção que os elementos simplesmente debandaram. Indica ainda que sentiu desinteresse, o que era injusto, mesmo em relação ao rendimento mínimo, era tudo da competência da Segurança Social e sem dinheiro, sem nada, as pessoas acabavam por sentir-se defraudadas. Concorda que a D. Arminda nunca deixou de estar e desistiu quando achou que aquilo não valia nada. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Havendo uma alteração à proposta inicial, questiona o Deputado Telmo Pinto para saber se altera a sua proposta ou se a mantém, onde o mesmo responde que altera. Assim é indicada a proposta da Bancada do Partido Social Democrata, ficando os seguintes Srs. Deputados: Prof. Joaquim Grácio e Dr. Aníbal Ferreira; da Bancada do Partido Socialista mantém os Deputados, Dr. Carlos Magalhães e Enfermeira Amélia Baptista. Solicita aos Srs. Deputados que a votação dos quatro representantes, seja feita em simultâneo numa Lista só. Assim sendo fica Lista A, tendo que votar A, Branco e Não. Procedeu-se à respectiva votação, sendo aprovado com 29 votos Sim, 2 Não, 3 Brancos e 1 Nulo. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “ Pedido de Autorização para Delegação de Competências Próprias da Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que, como é do conhecimento de todos os Srs. Deputados, foi feito no Mandato anterior e tem a ver com uma situação que está prevista na Lei das Autarquias Locais e no relacionamento entre a Autarquia Câmara Municipal e a Junta de Freguesia e

está agora plasmado no novo Plano Oficial de Contabilidade da Administração Local (POCAL). Informa que não é possível fazerem qualquer transferência para as respectivas Juntas de Freguesia, sem que haja este Protocolo de delegação genérica de competências e respectivas verbas para que depois caso a caso, cada um estabeleça com a Câmara Municipal, o seu protocolo de execução específico. Indica ainda que se não aprovarem o presente documento, a Câmara Municipal não pode transferir nem competências, nem verbas para as Juntas de Freguesia para que possam exercer as competências de forma autónoma e responsável. É baseado no princípio da máxima autonomia, máxima responsabilidade e descentralização, que sempre entenderam, que havia um conjunto de matérias e respectivas competências, que deveriam ser delegadas nas Juntas de Freguesia. Este Ponto da Ordem de Trabalhos, é apenas para facilitar este instrumento, sem o qual a Câmara Municipal não pode transferir verba alguma para cada uma das Juntas de Freguesia. Informa que já reuniu com todas as Juntas de Freguesia e há posteriormente um Protocolo de execução específica que irão assinar com cada uma delas, onde ficam salvaguardadas as especificidades de cada uma das Juntas de Freguesia e respectivas prioridades. Relembra que, tal como se verifica no Plano de Actividades da Câmara Municipal, se num determinado momento as respectivas Juntas de freguesia pretenderem alterar as suas prioridades, podem fazê-lo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Indica que sempre foi a favor do rigor e da transparência dos investimentos públicos. Partindo do princípio que a Assembleia Municipal autoriza a Câmara Municipal a celebrar com as Juntas de Freguesia protocolos de delegação de competências e como estes não podem ser objectos de assinatura, sem que haja autorização dos Órgãos Autárquicos, Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia, na prática, só será possível a referida assinatura no mês de Abril. Desta forma as Juntas de Freguesia só terão acesso às transferências da Câmara Municipal, a partir do momento em que apresentem obra feita e se tudo correr bem, só no mês de Maio será possível. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara alguns esclarecimentos sobre esta matéria. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que para tornarem mais célere este processo, depois

de aprovado este instrumento na Assembleia Municipal, têm que o aprovar nas respectivas Assembleias Municipais de Freguesia. Só posteriormente poderão receber verbas que estão protocoladas no respectivo Protocolo de execução, que já acordaram e está pronto para ser assinado entre a Câmara e cada um dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia. Relativamente às transferências de verbas, as mesmas carecem de uma justificação para serem transferidas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 34 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Autorização para criação de uma Empresa de Turismo nos Concelhos de Alijó, Murça e Sabrosa*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que concerne a este Ponto da Ordem de Trabalhos, pensa que a própria proposta, em si mesma, já justifica e esclarece a natureza do seu aparecimento. O primeiro motivo teve que ver com um conjunto de situações que os Autarcas já denunciaram na comunicação social em termos de diagnóstico, mas que exigem uma resposta, para não continuarem sempre a falar do mesmo, sem fazerem nada. Situações essas que têm a ver com um conjunto de turistas que sobem e descem o Rio, que passam pelo IP4, que passam nos Concelhos e não ficam cá, não vêm cá, porque não têm da parte dos operadores turísticos existentes, uma oferta organizada que os retire dos barcos e das rotas tradicionais das agências de turismo, para visitarem os Concelhos. Chegaram à conclusão que as agências de turismo que operam no mercado, fazem-no em circuito fechado, não se preocupando minimamente com o que se passa em cada Concelho e não procurando articular com cada um deles, esse investimento; O segundo motivo, a nível institucional também têm falhado consecutivamente as Regiões de Turismo e o Estado através de algumas Instituições, que têm esquecido o Concelho e a sua realidade e por isso não obstante terem uma parte do território classificado como Património da Humanidade, não obstante terem um Património Arqueológico excepcional, não obstante terem uma Reserva Cinegética, não obstante terem um conjunto de matérias que poderiam levar os turistas a permanecerem mais tempo no Concelho de Alijó, assim como ter uma rede já organizada de turismo em espaço rural ou a Pousada Barão de Forrester, ou o Vintage House, o que constatam é que as agências de turismo, de uma maneira geral, não colocam

cá esses turistas. Como exemplo paradigmático, refere que há um operador turístico, com o qual tentaram negociar esta retirada dos turistas do barco para o Concelho, que tem o desprante de fazer subir e descer os turistas e deixá-los três dias em Salamanca. Os turistas entram no Porto, sobem o Douro, consomem no barco e ainda vão consumir três dias em Salamanca. Indica que chega de dizerem que estão contra isto sem fazerem rigorosamente nada. Assim, as três Autarquias, Alijó, Murça e Sabrosa uniram-se e avançaram para esta sociedade por quotas, que neste momento é apenas constituída pelas três Autarquias e o interesse futuro é que amanhã as Câmaras possam sair deste processo, tendo como resultado desta iniciativa, a existência de um operador que vá directamente ao mercado apanhar o turista e trazê-lo tanto para o Concelho de Alijó como para os outros. Indica ainda que não basta concordar quando dizem que temos o *cluster* do turismo e depois não fazerem nada para aproveitarem essa oportunidade. Pede aos Srs. Deputados que façam um reflexão sobre a Zona Industrial e a propósito de outros investimentos no Concelho. Em termos de candidaturas no próximo Quadro Comunitário de apoio, só serão apoiadas por projectos desta natureza. A terceira razão é porque o chamado “investimento em cada capelinha”, ou seja, um investimento em cada Concelho, vai desaparecer do Quadro Comunitário de apoio. Desta forma, ou têm capacidade para se associarem, tal como fazem as empresas a nível nacional, ou as verbas não serão investidas nos Concelhos. O trajecto comum entre Murça, Alijó e Sabrosa está a ser feito nestes domínios mas, vai continuar a ser feito noutros porque é uma questão de sobrevivência, não restando outra alternativa. Esclarece um lapso que pretende resolver, pois no capital social propõe 100 mil euros a dividir por partes iguais por cada uma das Autarquias, mas não dá para dividir por partes iguais, dado serem três. Propõe que a proposta que foi aprovada em Reunião de Câmara de 100 mil euros, passe para 100 mil e 200 euros para poderem cobrir o facto de ser um número ímpar. Indica ainda que este número tem a ver com o facto de ser a verba mínima para poder avançar uma estrutura desta natureza, porque inicialmente previam uma verba inferior, contudo se fosse inferior, não podiam ir directamente apanhar o turista. Termina dizendo que tem a certeza que este é o caminho certo para tentar resolver esta situação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Lembra que há cerca de sete anos atrás, falou na Assembleia Municipal sobre os problemas de turismo no Concelho de Alijó, sobre a necessidade de diversificar os investimentos, de melhorar e criar espaços onde as pessoas se sentissem bem. Nessa altura referiu que o Sr. Presidente da Assembleia, fez uma belíssima sala de entrada para o Concelho, no Pinhão, fez uma belíssima sala de visitas na Sede do Concelho de Alijó, contudo esqueceu-se de fazer casas de banho, com um certo requinte para captar o turista e isso levou a que as pessoas passem por aqui, mas nem sempre, pois vêm mas ao fim de vinte e quatro horas vão embora. O mesmo acontece com Sabrosa. Refere que já nessa altura defendia a restauração de aldeias, tal como está a acontecer em Favaios. A Câmara deveria fazer o impossível para restaurar pequenas aldeias, que se tornassem pontos de visita forçados, pelo turista. Nesta altura e criadas as condições, não tem dúvidas que o turista vem, fixa-se e vai voltar, assim como o operador turístico o vai trazer, porque sabe que vai agradar ao seu cliente com o roteiro que proporciona. Tal não vai acontecer se continuarem a ter as coisas exactamente no sentido em que estão. Refere ainda a Aldeia de Perafita, por ser pequena, o investimento seria pequeno. Esta é uma aldeia muito importante dos Concelhos de Alijó, Murça, Sabrosa e Vila Pouca, até onde ainda existe um tipo de castanha chamada judia, que vem do tempo da antiga Judiaria que existiu em Perafita. Indica que o operador turístico não se preocupa com a crise ou com os problemas do Concelho, preocupa-se com a sua clientela que lhe compra as passagens e tem que lhe proporcionar uma boa estadia, em locais onde se sinta bem e com agrado. Sem isto não vão a lugar nenhum, nem com a criação da empresa turística isso vai acontecer, contudo é a favor da sua criação e é a favor de tudo que se faça para trazer os turistas. Indica que concorda com tudo que foi dito pelos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, à excepção do Ponto 11. Acha que a Câmara já tem muito onde gastar dinheiro, já tem um orçamento altamente alagado. Refere ainda que deveriam incentivar uma empresa privada ou quanto muito, mista, mas logo à partida na melhor das hipóteses, isto porque a Câmara isoladamente não tem os conhecimentos turísticos que têm os operadores e 20 mil contos não dão para fazer nada. Questiona como vão por exemplo buscar um turista à Inglaterra, Alemanha ou Bélgica para trazer para o Douro. Estes quando compram a passagem, uma subida pelo Douro, já vão com destino certo, pois é o operador que canaliza o turista. Indica que para ir buscar os turistas de autocarro para ir ao

Douro, a maioria não vai querer ir e desta forma tem que ser a uma escala muito mais alargada, mais abrangente do que se vai conseguir com um ou dois autocarros. De qualquer forma acha válida esta tentativa e que a empresa se criasse não apenas com 20 mil contos, mas com 200 mil contos. Indica que talvez houvesse no Concelho de Alijó, Sabrosa e Murça, particulares que, associados numa parceria com o poder político, capazes de fazerem algo, pois com 02 mil contos não acredita que consigam. -----

-----**DEPUTADO FRANCISCO VEIGA:** Indica que a intervenção do Sr. Presidente muito oportuna, ao referir que estão abertos ao privado porque a quantia referida não conseguem fazer nada. Com a orientação e algum dinheiro das Câmaras, mas com algum privado que queira investir, entende que já é possível fazer algo. Refere que recentemente conversou com um habitante da Régua, que a propósito dos barcos e subida do Douro, indicou que os mesmos não beneficiaram a Régua, pois eles chegam e os autocarros já estão à espera deles para os levarem de autocarro onde querem. Assim com quem os conduz, também já sabe antecipadamente que vai ter uma receita, não beneficiando de forma alguma a Régua. Se forem as Câmara a orientar, tal situação pode ser alterada. Foca ainda a questão das casas de banho públicas, que fazem muita falta na Vila. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Congratula-se com a ideia da criação da empresa de turismo para os três Concelho. Apesar da ideia ser boa, é necessário criar condições para que os turistas visitem os Concelhos. Refere que ouviu nos órgãos de comunicação social, nomeadamente “A Voz de Trás os Montes” e o “Jornal de Noticias” fazerem referência a uma série de sinalização turística que estava a apodrecer algures no armazém, em Vila Real e que diz respeito ao Douro Vinhateiro. A mesma ainda não foi colocada, não por culpa da Câmara Municipal de Alijó, mas talvez pela Região de Turismo do Marão ou outra. Lembra que foi referido no início da presente Assembleia Municipal, que existem vários pontos no Concelho de Alijó, onde podem ser levados os turistas, nomeadamente os Castros. Indica que em Favaios também existe um, que muitos dos Srs. Deputados não conhecem e tem uma superfície comparada a três ou quatro campos de futebol, contudo é necessário criar condições para que os lugares sejam visitados. Reconhece que a Câmara Municipal fez um enorme esforço com o levantamento de todos os pontos turísticos, mas é necessário fazer algo mais. Um dos pontos de alteração turística, podem ser as Adegas Cooperativas,

os armazéns particulares, os marcos Pombalinos que existem na Região do Douro, que só em Favaios existem três, os passeios pedonais, que terão que ser melhorados pois há calçadas Romanas e capelas, entre outros pontos de interesse que podem ser visitados. Informa que existe um Sr. de origem Holandesa, na Quinta do Passadouro, que toma a iniciativa de uma ou duas vezes por ano, trazer turistas e fazer passeios pedonais, podendo assim observar a paisagem. A ideia da criação da empresa é muito boa e deseja o maior sucesso para a mesma. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que esclareça como vai ser feito o recrutamento dos funcionários que irão trabalhar na referida empresa. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Congratula-se com a Câmara Municipal pela constituição da empresa. Salienta um aspecto que pensa ser fundamental, pois é mais uma empresa que se instala no Concelho de Alijó, a sua Sede social é o Concelho de Alijó. Desta forma não vê grande dificuldade na aprovação deste documento. Esta é a prova da dinâmica, do empenho, da dedicação e naquilo que acredita o Sr. Presidente da Câmara e todo o Executivo, numa visão estratégica muito consolidada e alicerçada naquilo que é o futuro, podendo até ser exemplo para outros Concelhos vizinhos. Salienta o facto de terem a sociedade instalada com Sede Social em Alijó. Falou-se ainda em valores, mas há que salientar que nesta primeira fase, é uma empresa de divulgação, dinamização e procurar que os três Municípios criem pacotes específicos nos vários mercados Europeus e não só, de turistas, para virem até aos Concelhos. Acontece um pouco como o Douro Vinhateiro, que se constituiu, mas não houve nenhuma empresa a dinamizar o mesmo, ele por si só, dinamizou-se. Há a Rota do Vinho do Porto, que não funciona tão bem como o desejado, mas acaba por ser uma divulgação. Uma divulgação pode criar pacotes específicos, destinados a gente ligada à arqueologia, à caça, ao remo, a várias actividades que existem, do âmbito turístico, que venham cá e possam permanecer durante algum tempo. Esta empresa poderá ter também uma preocupação, relativamente aos pacotes que cria, nomeadamente por exemplo a caça. Existem reservas de caça, nos três Municípios e podem criar uma semana dedicada à caça, tendo em simultâneo um pacote alternativo para as pessoas que acompanham os caçadores, tal como as esposas e filhos. A grande finalidade da empresa é estudar muito bem o que pretendem, em termos turísticos para os três Concelhos e um aspecto fundamental é a escala, que facilita muito as coisas. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Indica que todos estão preocupados com o desenvolvimento turístico e defendem a criação de emprego. São questões pacíficas que servem um pouco de fundamento a esta proposta e com as quais está inteiramente de acordo, todavia, no essencial, manifesta a sua concordância à Declaração de Voto que os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata fizeram. Indica que tem sérias dúvidas que esta empresa, tal como é apresentada, seja juridicamente possível. O artigo em que se baseia a proposta para a Assembleia diz “municipalizar serviços, autorizar o Município nos termos da Lei a criar empresas publicas municipais, fundações e aprovar os respectivos estatutos”. Nesta proposta não têm uma empresa pública, porque não o é, essas seriam criadas ao abrigo da Lei 58/98, têm antes uma sociedade por quotas. As suas reservas aumentam quando lê as competências da Câmara, relativamente à Lei 169/99, artigo 28, n.º 1, onde estão expressas as competências que são atribuídas, por Lei, às Câmaras Municipais. A alínea a) fala em criar ou participar em empresas municipais e intermunicipais, sociedade e associações de desenvolvimento regional; a alínea e) refere criar ou participar em estabelecimentos de promoção do turismo local. A empresa só poderia estar numa destas duas alíneas. Indica ainda que a seu ver a votação não poderá ser feita na presente Assembleia pois faltam os Estatutos (artigo 53 da Lei 169/99 que impõe a aprovação dos Estatutos) e nenhum notário fará a escritura sem estes. Indica que só está a levantar esta questão porque lhe parece importante, pois não está em causa a importância da empresa, nem os objectivos que norteiam as três Câmaras, pois estão todos absolutamente de acordo. Contudo parece-lhe que terá de ser repensado este instrumento, pois gostava de votar a favor, contudo existem algumas reservas, a nível individual. Indica que ao quererem andar demasiado rápido, podem cometer alguns erros. Desta forma solicita que a Câmara analise bem esta situação e depois decida em conformidade. Informa que perante as suas dúvidas irá abster-se quanto à votação, mas gostava de votar favoravelmente, pois é um fiel defensor do desenvolvimento. Finaliza dizendo que está plenamente de acordo que as Câmara Municipais se associem para tratar das suas questões em todos os aspectos e com a criação de emprego, pois vale a pena criar emprego e riqueza. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito aos pressupostos e fundamentos referidos pelo Deputado Aníbal Ferreira, informa que como é do conhecimento dos Srs. Vereadores

do Partido Social Democrata, esta matéria foi presente numa reunião da Câmara Municipal, uma semana antes de convocarem uma reunião extraordinária única e exclusivamente para este efeito, com o objectivo de entretanto permitir quem assessorou a Câmara Municipal nesta matéria, pudesse ir à CCDRN colocar as dúvidas surgidas, sobre a forma de concretizar a ideia. Isto, exactamente para poderem operar de forma ágil e não terem constrangimentos decorrentes duma Associação de Municípios, porque se assim não fosse, nunca poderiam apenas ser três Câmaras, mas no mínimo sete Câmaras, da Associação de Municípios do Agrupamento do Vale do Douro Norte ou em alternativa, a própria Associação de Municípios de Trás os Montes e Alto Douro. Indica ainda que lhes foi transmitido que, a figura jurídica adequada, que se enquadra nos artigos que o Sr. Deputado referiu, seria esta, uma sociedade de direito privado, iniciada pelas Câmaras, mas aberta à participação, em termos de capital, de entidade de direito privado. O que está hoje para ser aprovado é apenas e só esta ideia e este procedimento, porque depois este mesmo processo tem que ser aprovado em Reunião de Câmara e de Assembleia Municipal das outras Câmaras. Só posteriormente é que vão avançar com o processo de concretização, em termos de estatutos, de recursos humanos, de recursos físicos, em termos de tudo o resto. Não poderiam avançar sem que as três Câmaras, no que diz respeito aos órgãos dessem o seu “*agreement*”. Explica ainda que há alguns aspectos que pretende explicar, contudo a razão de ser do projecto está expressa nos documentos que receberam e é essencialmente para captar turistas e traze-los até ao Concelhos. No que respeita à proposta, indica que esta é clara, constituir uma empresa de prestação de serviços nesta matéria nos três Municípios, com a participação dos três Municípios. Na estrutura da empresa diz “forma de sociedade: sociedade por quotas”, “dado que as empresas intermunicipais devem ser constituídas por iniciativa das Associações de Municípios”. Numa segunda fase serão convidados a participar no capital, empresas privadas da Região, ligadas ao turismo. Estão a evitar uma coisa que em termos de actividade económica se chama sociedade de risco ou capital de risco. Indica ainda que esta situação é embrionária e como têm visto que há uma grande dificuldade da parte dos operadores turísticos privados que operam no Concelho, em fazer este trabalho, preferem optar por uma política de pequenos passos, assumindo as Autarquias, o risco de começar a preparar o produto para depois de preparado contactarem com as empresas a nível privado, que são as que vão prestar serviços. O

passo seguinte visa que as Câmaras possam sair e esta foi a ideia que apresentaram a quem de direito e quando apresentaram a ideia foram informados que a única hipótese de isto ser concretizado é desta forma. As câmaras avançam, vão fazendo as relações com a sociedade privada, com a sociedade civil, com as empresas a nível privado e quando estiver a funcionar, as próprias Autarquias podem, se assim entenderem, continuar ou eventualmente sair desta Sociedade. Indica ainda que consta que as delegações são os Postos de Turismo dos três Concelhos e que a área geográfica da população e de uma maneira geral, o Douro, porque querem aproveitar a marca Douro para atrair o turista. O objectivo da empresa é organizar roteiros turísticos na Região para venda de produtos turísticos, organizar eventos de natureza, campos de férias, promoção da Região e da empresa em certames internacionais. Pretendem fazer dos três Concelhos promotores do projecto, um destino turístico, conseguir a médio prazo a construção de novas unidades hoteleiras na Região, de modo a poder competir com o turismo fluvial. A empresa deverá ser aprovada em reunião de Câmara de Alijó, Municipio que tomou a iniciativa no projecto para em seguida ser votada na Assembleia Municipal e enviada aos Municípios de Murça e Sabrosa para idêntica aprovação. Só depois de aprovada a ideia, é que passam à concretização da mesma. A empresa terá uma direcção não executiva, composta pelos três Municípios e terão apenas um recurso humano pago: um director executivo, profissional nesta área, que irá agilizar tudo e pôr tudo em prática. Indica que vão buscar os outros recursos humanos aos estágios através do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Indica ainda que querem avançar numa politica gradualista de pequenos passos. Não pretendem desbaratar os recursos públicos da Autarquia, que são escassos. Este é o caminho, e se não o fizerem, outros o farão. Estão a fazer pressão para o processo avançar, para aproveitar a comemoração dos 250 anos da Região Demarcada do Douro Vinhateiro Património da Humanidade. Informa que pretendem aproveitar esta oportunidade para lançar a empresa, mesmo que não seja para atrair já os turistas, mas pelo menos afirmar a empresa como uma existência, nos certames internacionais. Está prevista na própria constituição da empresa, a constituição da Assembleia Geral, dos Estatutos, o Plano de Acção que será aprovado mais tarde, têm Calendário de Constituição da mesma, Logística, viaturas, site na Internet e participação de privados, dizendo que vão participar conforme a prestação de serviços que vão fazendo cada um deles. Esta empresa pode ser aprovada e

não é uma questão político – partidária que está em discussão, é sim, uma questão de promoção do desenvolvimento local, de promoção do emprego na Região, de atraírem turistas e com isso investimento. Faz um apelo a todos os Srs. Deputados para que aprovem, tal como está, esta ideia, por unanimidade, pois dará muita força. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Deputado Aníbal Ferreira, após a ter solicitado: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Esclarece que apenas se trata do “pontapé de saída” e tudo o resto virá às respectivas Assembleias. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos*, sendo aprovado por unanimidade com 37 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** introduz o Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais de 2006”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que os Planos são instrumentos rígidos e conforme vão evoluindo, por vezes é necessário fazer pequenos ajustes. È do que se trata esta Revisão, de um primeiro ajustamento ao Documento apresentado em Dezembro de 2005. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições coloca este Ponto da Ordem de Trabalhos a votação, sendo aprovado por unanimidade com 36 votos a favor. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----